



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**RONALDO ARAÚJO DE ALMEIDA**

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO  
GONÇALO/PB – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO  
DNOCS**

**CAJAZEIRAS - PB  
2015**

**RONALDO ARAÚJO DE ALMEIDA**

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO  
GONÇALO/PB – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO  
DNOCS**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cícera Cecília  
Esmeraldo Alves

**CAJAZEIRAS - PB  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

A315p Almeida, Ronaldo Araújo de  
O processo de emancipação do perímetro irrigado de São  
Gonçalo- uma análise a partir das ações administrativas do DNOCS. /  
Ronaldo Araújo de Almeida. - Cajazeiras: UFCG, 2015.

64f. : il.

Bibliografia.

Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cícera Cecília Esmeraldo Alves.  
Monografia (Graduação) – UFCG.

1. Irrigação- município de São Gonçalo- Paraíba. 2. DNOCS- ações  
administrativas. 3. Seca. 4. SUDENE. I. Alves, Cícera Cecília  
Esmeraldo. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –631.67

**O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO  
GONÇALO/PB – UMA ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO  
DNOCS**

Monografia apresentada ao Curso de Geografia, Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Geografia.

Apresentada em 27/11/2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Cícera Celília Esmeraldo Alves  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Profa. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Profa. Dra. Firmiana Santos Fonseca  
Universidade Regional do Cariri - URCA

À minha esposa Ricélia Almeida e a todos os alunos de graduação que trabalham durante o dia, e mesmo cansados conseguem se deslocar até a sala de aula em busca de realizações pessoais e profissionais.

**COM ADMIRAÇÃO, DEDICO.**

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que mesmo diante de tantas ciências estudadas sobre a existência humana e a formação da terra é impossível não fazer atribuições a um grande Criador.

À todos os meus colegas da turma de Geografia 2010.1 que souberam me respeitar e conquistar minha amizade, em especial aos meus amigos: Osmar, Lucas, Itamar, Adriano, Jânesson e Alvino.

Aos membros de minha família, razão pela qual me motiva seguir na longa jornada pela vida, em especial a minha mãe Didica e minha esposa Ricélia, a grande motivadora para cursar Geografia.

Ao escritor Josemar Soares, Sr. Lucas Raimundo, Luiz Pereira, Francisco Pereira Andrade, Dorgival Patrício, Francineide Lucena e em especial a minha orientadora Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves pelo respeito e compreensão.

*“A paisagem nada tem de fixo, de imóvel, cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variadas. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e a paisagem que se transforma para se adaptar as novas necessidades da sociedade”.*

*Milton Santos*

## RESUMO

A história do Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) remete a acontecimentos louváveis e nomes marcantes, mas também a cicatrizes de uma transformação de uma imagem, ontem verdejante, hoje coberta de cinzas. O presente trabalho objetivou entender as ações do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), sobre as consequências de grandes secas ocorridas no Nordeste que dizimou mais 600 mil pessoas, pela fome e pela sede. A fundamentação teórica que norteou o referido trabalho apoiou-se em vários autores familiarizados com o tema abordado, tais como: Ab'Saber (1999), Guerra (1981), Santos (2008), Trindade (2005), entre outros. Sendo destacada a criação do DNOCS nas ações de combate as secas, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com a finalidade de diminuir as diferenças econômicas e sociais entre o Nordeste e as demais regiões do Brasil, a importância do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e a estrutura da Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo (CAMISG). Nos procedimentos metodológicos adotados incluíram-se: a consulta bibliográfica, a observação, a coleta de relatos para obtenção de informações e, imagens representando o apogeu e declínio da configuração de São Gonçalo. A análise dos dados foi dividida em três capítulos: o primeiro e segundo abordando a história de atuação e conquistas do DNOCS e construção do PISG, e o terceiro apresentando relatos de pessoas que vivenciaram parte dessa história e a paisagem e o espaço em que se encontra o Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Os resultados, por sua vez, revelaram os momentos de progresso e declínio da história de São Gonçalo desde as ações do DNOCS e outros órgãos criados, aos efeitos naturais e as consequências disso sobre o povo sertanejo. Conclui-se que as ações do DNOCS, a criação do PISG, a importância da CAMISG e a parceria do Banco do Nordeste do Brasil, não foram o bastante para São Gonçalo alcançar altos voos e manter-se harmonicamente no seu apogeu. O declínio aconteceu e um sonho comum a muitos foi desfeito. Encontra-se, hoje, um projeto de irrigação abandonado, sem frutos, sem verde, sem água e sem lucros financeiros.

**Palavras-chave:** DNOCS. SUDENE. PISG. Seca.



## ABSTRACT

The history of the Irrigated Perimeter of São Gonçalo (PSG) refers to events commendable and remarkable names but also the scars of a transformation of an image, green yesterday, today covered with ashes. This study aimed to understand the actions of the National Department of Works Against Drought (DNOCS) on the consequences of severe droughts occurred in the Northeast that killed 600,000 people, hunger and thirst. The theoretical framework that guided the work referred relied on several authors familiar with the topic discussed, such as: Ab'Saber (1999), War (1981), Santos (2008), Trinity (2005), among others. The creation of DNOCS in combat actions droughts, sudene being highlighted (SUDENE), in order to reduce economic and social differences between the Northeast and other regions of Brazil, the importance of Northeast Bank Brazil (BNB), and the structure of the Joint Agricultural Cooperative of Irrigators of Saint Mary (CAMISG). The adopted methodological procedures were included: a bibliographical research, observation, collection accounts to obtain information and images depicting the rise and fall of São Gonçalo setting. Data analysis was divided into three chapters: the first and second covering the story of performance and achievements of DNOCS and construction of the PISG and the third presenting accounts of people who experienced part of this history and the landscape and the space in which it is the Irrigated Perimeter of São Gonçalo. The results, in turn, revealed the moments of progress and decline in the history of São Gonçalo from the actions of DNOCS and other bodies established, natural effects and consequences of the backcountry people. We conclude that the actions of DNOCS, the creation of the PISG, the importance of CAMISG and partnership of Brazil's Banco do Nordeste, they were not enough to raise high-flying Sao Goncalo and remain harmonically in its heyday. The decline happened and a common dream to many was scrapped. It is today an abandoned irrigation project, no fruit, no green, no water and no financial gain.

Keywords: DNOCS. SUDENE. PISG. Dry.

## LISTA DE SIGLAS

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural.

BID - Banco interamericano de Desenvolvimento

BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

CAMISG – Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo.

CIP – Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba.

COMECA - Cooperativa Mista dos Microempresários em Ciências Agrárias.

DNOCS – Departamento de Obras Contra as Secas.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMEPA-PB - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba.

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

GEIDA - Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola

IAJAT- Instituto Agrônomo José Augusto Trindade.

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.

INFAOL - Instituto Nordestino para o Fomento de Algodão e Oleaginosas.

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas.

JUSG - Junta de Usuários de água de São Gonçalo.

MVOP – Ministério de Viação de Obras Públicas.

PISG – Perímetro Irrigado de São Gonçalo.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

## **LISTA DE CARTA**

**CARTA 1** - Localização Geográfica de São Gonçalo no Município de Sousa/PB.....27

## **LISTA DE FIGURAS**

**FIGURA 1** - Demarcação do Núcleo I, até a década de 1980.....31

**FIGURA 2** - Localização Geográfica das Agrovilas – Núcleos I, II e III.....37

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 01</b> - Equipe Técnica do DNOCS.....	28
<b>IMAGEM 02</b> - Maquinário nas obras do DNOCS.....	29
<b>IMAGEM 03</b> - Modelo original de casa fornecida pelo DNOCS.....	30
<b>IMAGEM 04</b> - Registro da parceria entre CAMISG E BNB, à esquerda a direção da CAMISG, o gerente Francitônio e o presidente José Carneiro de Andrade, à direita, o Gerente e fiscais do BNB.....	33
<b>IMAGEM 05</b> - Canal Principal.....	39
<b>IMAGEM 06</b> - Canal Secundário.....	39
<b>IMAGEM 07 A</b> - Estrada principal, que liga os Núcleos I, II e III.....	40
<b>IMAGEM 07 B</b> - Estrada de escoamento de produção, localizada na lateral dos lotes.....	40
<b>IMAGEM 08</b> - Avanço das Cercas.....	41
<b>IMAGEM 09</b> - Casa do colono com estrutura original alterada.....	42
<b>IMAGEM 10 A</b> – Casa original de colono.....	43
<b>IMAGEM 10 B</b> – Casa nova com piscina.....	43
<b>IMAGEM 11</b> - Açude de São Gonçalo com pouco mais 1,5 milhão de metros cúbicos.....	44
<b>IMAGEM 12</b> - Plantações de coqueiros mortos por falta de água: 12 a – 12 b.....	45
<b>IMAGEM 13 A</b> - Sede da CAMISG.....	49
<b>IMAGEM 13 B</b> – Sede da CAMISG transformada em residência após invasão.....	49
<b>IMAGEM 14 A</b> – A balança da CAMISG.....	50
<b>IMAGEM 14 B</b> – A balança da CAMISG reformada e transformada em associação de produtores de coco que não funcionou.....	50
<b>IMAGEM 15 A</b> – Secadeira, beneficiadora e empacotadeira industriais de arroz.....	51
<b>IMAGEM 15 B</b> – Prédio abandonado e sucateado.....	51

<b>IMAGEM 16 A</b> – Frota de caminhões da CAMISG.....	51
<b>IMAGEM 16 B</b> – Frota de tratores da CAMISG.....	51
<b>IMAGEM 17</b> - Desfile em Sousa, enfatizando a variedade de produção no PISG: 17 a - 17 b.....	53
<b>IMAGEM 18</b> - Imagens desse trecho em comparação ao ano de 2010 e 2015: 18 a - 18 b.....	54
<b>IMAGEM 19 A</b> – Rio Piranhas no período chuvoso de 2008: sangria do açude de São Gonçalo.....	55
<b>IMAGEM 19 B</b> – Rio Piranhas.....	55
<b>IMAGEM 20 A</b> - Plantação de coqueiros incendiados.....	55
<b>IMAGEM 20 B</b> - Plantação de coqueiros incendiados.....	55
<b>IMAGEM 21 A</b> – Poço amazonas totalmente seco.....	57
<b>IMAGEM 21 B</b> – Cisterna vazia.....	57
<b>IMAGEM 22</b> – Laboratório do IAJAT.....	59
<b>IMAGEM 23</b> - Estábulo para manutenção do rebanho da CAMISG, totalmente abandonado: 23 a - 23 b.....	60

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS E CONSTRUÇÕES .....	17
1.1 A atuação do Departamento de Obras Contra as Secas- DNOCS .....	18
2. O SURGIMENTO DO PERIMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO/PB (PISG).....	26
3. A PAISAGEM E O ESPAÇO DO PERIMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO/PB NA ATUALIDADE .....	36
3.1 Memórias sobre o Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	60
REFERÊNCIAS .....	62

## INTRODUÇÃO

O Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) se trata de um projeto de irrigação implantado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), logo após a construção das obras de açudagem de Engenheiro Ávidos e São Gonçalo, cuja finalidade destinava-se a colonizar e assentar famílias e proporcionar condições de trabalho.

O PISG está localizado no distrito de São Gonçalo, município de Sousa, Estado da Paraíba, no Vale do Rio Piranhas, mesorregião do Sertão Paraibano, à margem da BR – 230, distanciado 440 km da cidade de João Pessoa, capital do Estado.

Este estudo traz uma abordagem acerca do processo de emancipação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB a partir das ações administrativas do DNOCS, buscando entender a atual configuração do Perímetro Irrigado de São Gonçalo que antes tinha a frente de sua administração o DNOCS, e agora se encontra em notável e total modificação. Com a perda de força do Órgão Administrador e a emancipação de São Gonçalo, podemos perceber o quanto foi mudado nos aspectos espacial, econômico e social dessa área estudada.

É nesse instante que surge a problemática: que fatores levaram o Perímetro Irrigado de São Gonçalo a sofrer tantas modificações?

Ademais, o interesse pelo estudo do tema surge, inicialmente, pelo fato de ser habitante do Perímetro Irrigado de São Gonçalo e filho de colono que vivenciou o processo de implantação do PISG, bem como pela experiência de vida na condição de trabalho com a terra, enquanto produtor agrícola e pelo desejo de olhar e analisar a paisagem e o espaço do PISG com um olhar geográfico.

Diante do exposto, este trabalho tem por finalidade compreender as possíveis causas que levaram a desestruturação social e econômica do Perímetro Irrigado de São Gonçalo sob a frágil administração do DNOCS; explicar a defasagem do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e sua perda de autonomia para JUSG (Junta Usuários de Água de São Gonçalo) que não teve e/ou tem força administrativa perante os problemas da comunidade; bem como identificar que fatores contribuíram para o acontecimento da falta de infraestrutura e sustentabilidade da população dos Núcleos I, II e III.

Para tanto, foi preciso pesquisarmos, ouvirmos os sujeitos que vivenciaram a história e, atentamente, observarmos o que acontece atualmente no PISG. Portanto, o estudo caracteriza-se com pesquisa exploratória e explicativa, que de acordo com Gil (2007), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A exemplo de outras pesquisas, esta

envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007).

Como estratégia metodológica inicialmente realizamos o levantamento bibliográfico em livros, documentos, registros fotográficos, artigos científicos publicados por meios escritos e eletrônicos, entre outros, o que nos permitiu conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Num segundo momento, utilizamos para obtenção de informações a entrevista semi-estruturada com 04 (quatro) colonos, as quais foram gravadas e posteriormente transcritas. A seleção dos colonos se deu pelo envolvimento com os órgãos CAMISG e JUSG e, a Fazenda CAMISG. Foram eles: Dorgival Patrício de Almeida foi secretário da CAMISG durante 09 anos em períodos alternados; Luiz Pereira de Andrade, ex-presidente da CAMISG e da JUSG; Francisco Pereira de Andrade, operador de máquina da CAMISG; Lucas Raimundo, ex-gerente da Fazenda CAMISG no Estado do Piauí. Durante as entrevistas, os entrevistados discorreram livremente sobre as situações que marcaram suas vidas durante o processo de implantação do PISG nos seus primórdios, assim como, sobre as mudanças vivenciadas no período vigente. A pesquisa aconteceu no período de abril a novembro de 2015 em decorrência ao semestre culmina a conclusão do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande – Camus de Cajazeiras/PB.

Nesta direção, este trabalho monográfico está disposto da seguinte forma: a introdução à temática, onde estão descritos a relevância do estudo, os objetivos e os recursos metodológicos utilizados para sua realização. No capítulo I discorremos sobre as ações administrativas efetuadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS, durante o processo de implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB.

No capítulo II apresentamos o processo de implantação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo. No capítulo III analisamos a paisagem e o espaço do Perímetro Irrigado de São Gonçalo na atualidade, tomando como parâmetro grandes pensadores da área da geografia, os conhecimentos adquiridos durante o processo de formação, assim como registros fotográficos realizados, tomando como parâmetro as categorias espaço, território, região, lugar e paisagem, como conceitos importantes para entender o espaço geográfico habitado e suas transformações. Em seguida apresentamos os relatos dos entrevistados, os quais expressam suas experiências de vida, enquanto atores sociais que vivenciaram todo processo de implantação do PISG, desde o seu surgimento até os tempos atuais.



Finalmente, apresentamos as considerações finais que se evidenciam como abordagem geral e conclusiva da análise das informações sistematizadas, ressaltando o posicionamento do pesquisador em torno dessas informações obtidas com a investigação, bem como descrevendo a atual configuração do PISG e, as referências bibliográficas utilizadas.

Portanto, a expectativa é que o estudo possa contribuir para entendermos as mudanças pelas quais passaram o PISG, bem como apontar caminhos para a retomada ao desenvolvimento social, político, econômico e cultural de todos os seus habitantes.

## 1. UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS E CONSTRUÇÕES

A implantação do Perímetro Irrigado foi iniciada no ano de 1972, com restaurações e construções complementares da infraestrutura de irrigação, ocupando uma área de 5.290 hectares. Enquanto que, os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum foram implementados a partir de 1973.

Inicialmente foram selecionadas 477 famílias que foram gradativamente assentadas em lotes que variam de 3,5 a 5,0 hectares. O processo de assentamento foi realizado em três etapas, de acordo com a construção da infraestrutura das agrovilas.

A partir de 1936, com a inauguração do Açude Público e do Posto Agrícola de São Gonçalo, foi iniciada a exploração agrícola irrigada, sob a coordenação da Comissão Técnica de Reflorestamento e Postos Agrícolas, da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, posteriormente transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. A nova etapa de exploração agrícola com a irrigação, não desencadeou grandes mudanças econômicas, mas abriu perspectivas importantes para o desenvolvimento de ações visando ao aperfeiçoamento da atividade produtiva na região. Assim em 1940 foi criado o Instituto da Região Seca, localizado no posto agrícola, que de acordo com Carneiro (1998) foi o primeiro organismo de pesquisa da Região, destacando-se por levantamentos pedológicos e produção de trabalhos de melhoramento genético, recuperação de solos afetados por sais e diversos estudos e atividades.

Na década de 1970, o DNOCS deu início a um processo de reorientação de suas atividades, previsto no I Plano Nacional de Desenvolvimento, passando a concentrar grande parte de seus esforços na expansão da agricultura irrigada, até então limitada a pequenas porções de terra situadas nas bacias hidrográficas de grandes açudes públicos.

A nova concepção programática passou a considerar o fortalecimento da economia regional enfocando não apenas o combate preventivo aos efeitos das variabilidades climáticas, mas também a necessidade de modernizar e expandir as atividades agropecuárias do semiárido nordestino.

Nesse contexto foi criado em 1973 o Perímetro Irrigado de São Gonçalo - PISG, abrangendo uma superfície de 4.335 hectares que tinha como meta, utilizando-se da irrigação por gravidade, assentar 515 famílias numa superfície agrícola útil de 3.350 hectares. Em 1976 o Perímetro operava com uma superfície agrícola útil de 1.144 hectares e já havia assentado 20 famílias (CORDEIRO, 1988).

## 1.1 A atuação do Departamento de Obras Contra as Secas- DNOCS

Durante muitos anos os assentados do Perímetro Irrigado de São Gonçalo – PISG receberam o apoio técnico do Governo Federal através da atuação de órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS. Desse modo, o DNOCS assumiu papel importante no planejamento para melhoria da área, na construção de poços, açudes e implantação de laboratório de última geração para análises de solo e de água. O assentado, por sua vez, recebeu condições de comodidades para se estabelecer no lote agrícola e crescer economicamente.

O Governo de Rodrigues Alves (1902 - 1906) sensibilizado com calamidades ocasionadas pelas secas revolve tomar medidas sólidas para o caso, em dezembro de 1903 sob a Lei 1.145, autorizando medidas cabíveis a fim de amenizar os efeitos da seca. Logo em seguida, é criado através de portaria do Ministro Lauro Muller, a Comissão de Açudes e Irrigação, com sede no Estado do Ceará, sob a chefia de Piquet Carneiro. Surgia no Rio Grande do Norte a Comissão de Estudos e Obras Contras os Efeitos das Secas, a cargo do Engenheiro José Matoso Sampaio Correio, e a comissão de perfuração de poços, a cargo do também Engenheiro Pereira Reis. Começam as ações para sanar o sofrimento do homem do Nordeste. Essas comissões criadas no Ceará e no Rio Grande do Norte são consideradas os primeiros passos para o surgimento do importantíssimo órgão denominado Departamento Nacional de Obras Contra as Secas- DNOCS (GUERRA, 1981).

Na época foram projetadas muitas obras que davam andamentos aos planos para o desenvolvimento da citada região. Maquinários e mão-de-obra foram importados de países desenvolvidos, pois o Brasil ainda não contava com meios tecnológicos que subsidiassem tal trabalho, tampouco com profissionais qualificados para a demanda.

Diante de todos os esforços das equipes técnicas do DNOCS em promover o desenvolvimento social e econômico do PISG, a história é repleta de modificações de Leis, decretos e portarias, sempre buscando atender as necessidades do Nordeste e, sobretudo, dos sertões. Tais leis, conforme Guerra (1981):

- “13.02.1903 – Lei 1.145 – Orçamento da União para 1904. Art. 16, item 10 G, abre créditos para estudos e construções de açudes, e poços e outras obras contra os efeitos das secas, o que enseja a criação das primeiras Comissões em 1904” (GUERRA, 1981, p. 94).

- “21.10.1909 – Decreto 7.619 - aprova a regulamentação de uma Divisão especial no MVOP (Ministério de Aviação de Obras Públicas), a “Inspetoria de Obras Contra as Secas”, para executar plano amplo em toda a área das secas” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “28.12.1911 – Decreto 9.256 cria uma Repartição especial, a IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas), dando assim caráter permanente aos serviços” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “03.02.1915 – Decreto 11.474 – Aprova o Regulamento para a Inspetoria de Obras Contra as Secas” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “15.07.1915 – Decreto Legislativo 2.974 autoriza abertura de Crédito Especial para “Obras Novas”” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “09.07.1919 – Decreto 13.687 – Altera o nome de IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) para IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), acrescentando o termo Federal” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “25.12.1919 - Lei 3.965, conhecida como a Lei Epitácio Pessoa, autoriza construção de obras de irrigação” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “17.03.1920 - Decreto 14.102 – Regulamenta a “Caixa Especial” criada na Lei Epitácio, e estipula o quadro da IFOCS” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “12.03.1924 – Decreto 16.403 – A “bomba” do governo Artur Bernardes. Extingue a Caixa Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste” (GUERRA, 1981, p. 95).
- “12.11.1932 – Portaria Ministerial (José Américo de Almeida) cria a Comissão Técnica de Reflorestamento e Postos Agrícolas do Nordeste, depois Comissão de Serviços Complementares da IFOCS e serviço Agro Industrial do DNOCS” (GUERRA, 1981, p. 96).
- “28.12.1945 – Decreto Lei 8.486 – Modifica a estrutura da IFOCS, que se transforma no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). (Presidente Linhares) (D.O de 24.01.46)” (GUERRA, 1981, p. 96).
- “15.12.1959 – Lei 3.692 – Cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)” (GUERRA, 1981, p. 97).
- “01.06.1963 – Lei 4.429 – Transforma o DNOCS em Autarquia, com sede na Capital da República e sede provisória em Fortaleza (D.O.U. nº 108, de 10.06.63)” (GUERRA, 1981, p. 97).
- “30.11.1964 – Lei 4.504 – Aprova o Estatuto da Terra” (GUERRA, 1981, p. 97).

- “29.12.1964 – Lei 4.593 – Disciplina e desapropriação para as obras de combate às secas no Nordeste” (GUERRA, 1981, p. 97).
- “02.02.1967 – Decreto-Lei 138 – Autoriza o DNOCS a executar obras de Engenharia Rural” (GUERRA, 1981, p. 98).
- “07.08.1979 – Portaria Ministerial nº.356 - Autoriza o DNOCS a alienar lotes familiares nos perímetros de irrigação do DNOCS. (Ministro Mário Andreazza, Diretor Geral Engo. José Osvaldo Pontes)” (GUERRA, 1981, p. 99).

Outro órgão que ofereceu assistência técnica e financeira aos colonos foi o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado pela Lei Federal n. 1649 de 1952, sociedade de economia mista, de capital aberto, mais de 90% de seu capital sob controle do Governo Federal, sediado na cidade de Fortaleza/CE e atualmente em mais de 02 (dois) mil municípios do Nordeste, incluindo o Norte de Minas Gerais e o Norte de Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF e, administra Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), fonte principal de recursos operacionais da empresa. Além dos recursos federais, o BNB tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados internos e externos com parcerias de alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo multilaterais, como Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), (BNB, 2015).

Nesse cenário, podemos destacar a importância do Banco do Nordeste do Brasil-BNB, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do já referido DNOCS formando uma união fundamental para melhorar a situação no Nordeste através de recursos da União.

De acordo com Oliveira (2011) a SUDENE foi criada pela Lei Federal n. 3.692 de 15 de dezembro de 1959 com o objetivo de promover o desenvolvimento da região Nordeste, que corresponde a 18,4% do território nacional, e que em 1980 abrigava cerca de 35 milhões de habitantes, com constantes secas ocorridas, havia grande desemprego rural e êxodo da população. Foi criada a autarquia subordinada diretamente à Presidência da República e sua secretaria executiva coube a Celso Antunes, de 1959 a 1964, responsável pelas estratégias de atuação do órgão. A partir de 1964 a SUDENE foi incorporada ao novo Ministério do interior, e sua autonomia, seus recursos e objetivos foram enfraquecidos, o que resultou no seu fechamento em maio de 2001, a partir de denúncias de que havia favorecimento de clientelas. Esse órgão foi criado com a finalidade de diminuir as diferenças entre o Nordeste e o Sul – Sudeste. A SUDENE falhou, segundo análise do sociólogo Francisco de Oliveira, o número

de empregos criados foi insuficiente para resolver os problemas estruturais da região Nordeste, a concentração de renda em nada melhorou.

Para Carvalho (2009, p. 24), o surgimento da Nova SUDENE pelo que ainda se vê em meados de 2009, não houve mudanças em relação ao processo de planejamento do desenvolvimento do Nordeste, passou a funcionar como autarquia comum, com dependência absoluta de Brasília, não pôde cumprir papel especial em relação ao desenvolvimento do Nordeste e do Brasil.

Ainda segundo Carvalho (2009) o DNOCS perdeu prestígio com a criação da SUDENE na década de 1960. E nos anos de 1970 houve certa recuperação, na medida em que o Departamento de Obras Contra as Secas pôde se integrar às iniciativas derivadas da Política de Integração concebida pelo Ministério do Interior, e implementada com o apoio do Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola – GEIDA, criado pelo decreto n. 63.775 de 11 de dezembro de 1968.

O DNOCS teve sua importância devido ao desafio enfrentado em busca de vencer as dificuldades de sobrevivência (trabalho, moradia, bens de consumo) e a fome no Nordeste. Realizou com excelência todas as tarefas que lhe foram atribuídas e transformou o cenário de fome e de morte em progresso. A princípio, para manter a estrutura fundiária existente, visto como problema maior a insistência dos proprietários que julgavam que criar gado era menos trabalhoso, o DNOCS optou pela desapropriação de terras e instalação da pequena empresa familiar (colonos e sua família). Foi nesse instante em que surgiu a luta pela irrigação e o nascimento das vilas movimentadas, com o surgimento dos Núcleos Habitacionais I, II e III. As cidades de Sousa, Marizópolis e Nazarezinho ganharam crescimento, quer pela oferta de mão-de-obra, ou pelo desenvolvimento econômico através do comércio. E o homem do campo que era antes um simples trabalhador rural passa a trabalhar em sua própria terra como dono (GUERRA, 1981). Muitos desses colonos tinham renda mensal superior a dez salários mínimos.

Relatar o que representa a inserção do DNOCS no Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PISG) é fazer uma viagem no tempo em busca de fontes que comprovem a sua atual configuração. Isto, certamente, não seria possível, também, sem fazer uma breve apresentação da configuração natural desta região quente e seca que é o semiárido brasileiro com temperaturas elevadas, solos pobres, pedregosos e com deficiência hídrica. Assim, como afirma Silva (2003, p. 365) que “as regiões semiáridas são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações

pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica”. E é exatamente essa configuração que descreve o PISG (Perímetro Irrigado de São Gonçalo), dificultando o desenvolvimento socioeconômico do Projeto de Irrigação implantado pelo DNOCS.

De acordo com Ab’Sáber, (1999) apud Silva (2003, p. 366):

A insuficiência e irregularidade na distribuição de chuvas, com médias anuais entre 268 e 800 mm, a temperatura elevada e a forte taxa de evaporação são características que se refletem no modelamento da paisagem predominante. A hidrografia e a vegetação são totalmente dependentes do ritmo climático. O longo período seco, com alta evaporação, leva a uma desperenização generalizada dos rios, riachos e córregos endógenos. Trata-se, portanto, de um conjunto de fatores hidrológicos e ecológicos relacionados ao clima semi-árido regional, “muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos viventes dos sertões.

Corroborando com o autor, essa insuficiência e irregularidade de chuvas é um fator marcante nessa região tornando o trabalho agrícola ainda mais desafiador, uma vez que, a evaporação supera a quantidade de chuva que precipita tornando-se um problema maior que se julgara ter sido resolvido com a construção dos açudes de São Gonçalo e Engenheiro Ávidos. Porém, com todas as condições adversas para a manutenção da vida do ser humano, das plantas e dos animais, esta região desafia todos os aspectos severos sob a condição de que ainda é possível se produzir alimentos e criar rebanhos mesmo com dificuldades e limitações, conforme afirma Silva (2003, p. 369),

As secas na região semi-árida brasileira só passaram a ser consideradas como problema nacional a partir da segunda metade do século XVIII. Além da grande mortalidade de pessoas na seca de 1877, pesavam interesses políticos dos coronéis com as perdas dos rebanhos e com a possibilidade de ampliar as suas riquezas por meio da situação de calamidade instaurada. Dessa forma, conseguem colocar a seca a seu serviço e fazem dela um grande negócio, popularmente intitulado de “indústria da seca”.

Diante disso, podemos dizer que a seca sempre foi protagonista na história do Sertão, desde a fome às retiradas de pessoas que resistiram à morte tendo como saída o refúgio para outras regiões do Brasil, em especial o Norte e Sudeste. Afirmando esse pensar Villa, (2000) apud Pomponet (2009, s/p.) diz que,

O fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, que abalou o semiárido brasileiro, à época esquecido e vagamente designado como “norte”. Naquela estiagem pereceram pelo menos 500 mil nordestinos, com 200 mil mortes somente no Ceará. A fome, a sede e as epidemias podem ter feito número ainda maior de vítimas, conforme estimativa do jornalista potiguar Eloy de Souza, que calcula 600 mil mortos.

Dessa forma, entendemos que a seca é um fenômeno natural pertinente no semiárido brasileiro que atinge indistintamente todos que escolhem habitar a referida região e desenvolver a agropecuária.

Com a função de amenizar os problemas da seca no semiárido brasileiro surge em 1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que segundo Pomponet (2009, s/p), o presidente da República Epitácio Pessoa, ao assumir o cargo, passou a dar maior importância à problemática da seca no Nordeste:

(...) a seca passou a ser encarada com maior atenção. As soluções propostas, porém, não divergiam do que era executado em pequena escala nos anos anteriores: escavação de poços e construção de açudes e barragens, com o propósito de acumular a água dos períodos de grande precipitação pluviométrica.

O armazenamento de água nos açudes feitos pelo IOCS não era a solução de todos os problemas que assolava a região Semiárida brasileira. De acordo com Andrade (1999) apud Silva (2003, p. 370) a IOCS “considerava que o combate à seca consistia, sobretudo no armazenamento de água (política de açudagem), no entanto, não lembrava que a água armazenada era, em grande parte, perdida pela evaporação em um clima quente e seco”.

Nesse instante, vale ressaltarmos que quem se beneficiava das obras de açudagem até 1967 eram os grandes proprietários de terras e em contra partida os donos das terras onde eram feitos os açudes construídos com dinheiro público, que serviam a população facilitando seu acesso da água para o consumo humano. Sob esse ponto de vista Campos e Studart (2001, s/p) afirmam:

O regime de construção de açudes em cooperação, desativado em 1967 pretendia melhor distribuir, sob o ponto de vista espacial, a oferta d'água e subsidiava a construção de açudes particulares de capacidade máxima de 3 milhões de metros cúbicos. Não havia desapropriação de terras. O projeto e o orçamento eram fornecidos gratuitamente pelo IFOCS/DNOCS e um prêmio, equivalente à metade do orçamento, era concebido no fim da construção ou, a título de adiantamento, quando metade da obra estivesse pronta. Os proprietários, em contrapartida, comprometiam-se a fornecer água para as necessidades domésticas das populações circunvizinhas. Entretanto, via de regras, os pedidos deferidos só atendiam aos partidários políticos do governo, de modo que a política em questão redundava no aumento da fortuna dos senhores de terras, sem beneficiar o sertanejo pobre, tendendo a criar, segundo Almeida (1982), a “classe dos senhores das águas”.

Esse acordo não era cumprido. Com frequência os proprietários fortaleciam as cercas e criavam barreiras que dificultavam o acesso para retirada d'água pelas pessoas não beneficiadas, mas que deveriam ter acesso à água para consumo humano. Estes voltavam com suas latas vazias, e já que havia apadrinhamentos políticos, nada poderia ser feito senão a



mudança nas formas de investimentos para melhorar o acesso à água para todo o público da região. Assim, começa a surgir o planejamento para as obras dos açudes públicos.

A referida região serviu de base para inúmeras pesquisas e estudos no campo da geologia, climatologia e pedologia, as quais constataram que as limitações de vida dessa região devem-se as irregularidades pluviométricas, as condições de solos rasos e pedregosos e a uma vegetação que mais parece ter sido projetada para as condições desafiantes da ausência de água. Nisto as funções de defesa para se manter viva, a maioria dos homens que habita esse ambiente xerófito, luta bravamente pela sobrevivência entre a alegria de uma boa colheita e a tristeza pela perda de seu trabalho, acarretado pelos fenômenos da estiagem, evento mais comum que desafia os corajosos e desarranja toda a sua estrutura social e econômica.

A figura mais comum nesse cenário é o cassaco, homem que se destina a procurar melhoria de vida em busca de trabalho, sempre seguido pela família, principalmente, com filhos recém-nascidos, daí a denominação advinda da referência ao mamífero que tem um saco abdominal onde guardam os filhotes. O legítimo cassaco já sai de casa levando a família, e o filho menor segue numa redinha improvisada com um lençol amarrado junto ao corpo do pai ou da mãe (GUERRA, 1984).

Viver no sertão do nordeste é algo desafiador, não bastasse o sol escaldante desde as primeiras horas do dia às condições financeiras que além de reduzidas são instáveis, ocasionadas pelas perdas que regularmente fazem parte do cenário sertanejo. Perda de bovino que servia o leite aos filhos pequenos, perda do trabalho na lavoura, perda da semente e por último a perda da dignidade, porque para a segurança e sustento da família é necessário silos e tambores abastecidos de milho e de feijão, sendo estes os produtos mais cultivados e mais utilizados na mesa desses habitantes, como elemento marcante da cultura camponesa.

Esta região sempre foi tomada de diversos problemas de ordem geográfica advindos da configuração natural que ocasiona repetidamente irregularidades pluviométricas, e que consequentemente abala suas estruturas econômicas e sociais, e, além disso, as ações de políticas públicas não satisfatórias. Afirma Ab'Saber (1999, p. 23):

O começo das soluções mais substantivas para os problemas do homem e da sociedade no domínio dos sertões dependerá do nível de conhecimento da realidade regional. Não adianta ideias salvadoras elaboradas por uma mentalidade burguesa e distante, destinada quase sempre a alimentar argumentos dos demagogos e triturar recursos que deveriam ter destino social mais generoso. A causa do sertão no Nordeste merece – nada menos, nada mais – uma verdadeira cruzada da inteligência brasileira. Sem embarcar em modismos elitistas e insinceros.

Pensar em soluções para os problemas decorrentes da seca no Nordeste, já é uma atividade efetivada, sobretudo nos Sertões, por ser uma ação que dizimou mais de 500 mil vidas. Partindo disso, foi cogitada há muitos anos a transposição das águas do Rio São Francisco, que culminava num investimento de alto custo e em contrapartida nossa engenharia não correspondia aos projetos necessários. Porém, uma das formas de amenizar a fome e manter o ser humano no campo foi o investimento em escavações de poços e açudes.

Por conseguinte, não seria possível imaginar o Semiárido sertanejo sem fazer referência com o sofrimento dos viventes desta região marcada pela seca que permanece dizimando bovinos e caprinos, dentre outros animais de porte menores. O homem como um agente modificador da paisagem não tem a capacidade de reverter essa drástica ação que se repete a cada década.

Para tanto, no Sertão do nordeste não existe riqueza maior do que um ano de chuvas regulares, principalmente quando os açudes ficam cheios, tornando a vida mais fácil e prazerosa e sem haver necessidade de nenhum sertanejo ter que se deslocar para outras regiões em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Nessa dimensão, para a maioria dos nordestinos, alimento, água potável e presença de familiares não há outra forma de ser feliz.

## 2. O SURGIMENTO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO/PB (PISG)

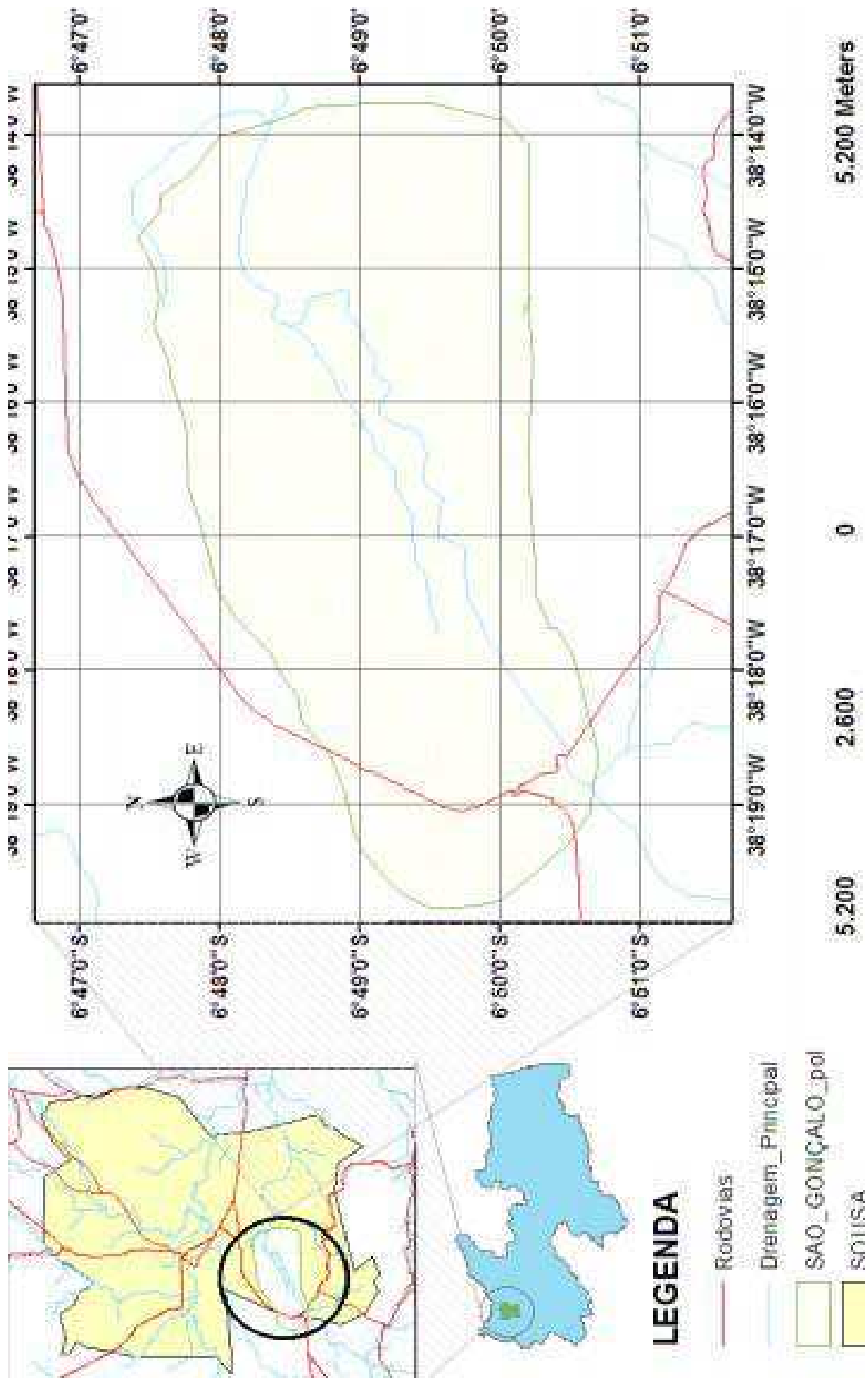
O DNOCS criado com a finalidade de desenvolver o semiárido nordestino e amenizar a fome do povo dessa região, prestou serviços ao longo de mais de um século ao Perímetro Irrigado de São Gonçalo, em Sousa-PB, cujo progresso iniciou em 1919, quando o DNOCS ainda era denominado Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Em 1945 tornou-se autarquia, e segundo Soares (2013, p. 60):

A partir de 1920, ocorre a desapropriação e indenização de algumas propriedades rurais, que pertenciam aos Senhores Dr. Silva Mariz (parte sul ou bacia hidráulica) João Rocha (parte central ou vila), José Rocha e Donana Rocha (parte leste) e Basílio Silva (parte norte/oeste ou zootecnia/medidora), pelo Governo Federal, com vistas à construção do açude e do acampamento federal de São Gonçalo. A construção do açude local, em harmonia com o de Boqueirão de Piranhas (Engenheiro Ávidos), tornando perene o Rio Piranhas tinha como objetivo principal solucionar o problema da escassez de água na região da grande Sousa. Assim, a perenização do Piranhas, que interliga os dois açudes, começa logo na represa de Boqueirão.

O Perímetro Irrigado de São Gonçalo localizado a 13 km da cidade de Sousa/Paraíba surgiu sob a administração do DNOCS, sendo compreendido em agrovilas distintas: Núcleos I, II e III (carta 01). O primeiro fica próximo da BR 230 km 474, o Núcleo II é cortada pela rodovia da produção<sup>1</sup>, e localiza-se próximo ao Instituto Federal de Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e o Núcleo III, também cortado pela rodovia da produção fica localizado ao sul da cidade de Sousa/PB, cujo acesso se dá pelo novo Campus da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

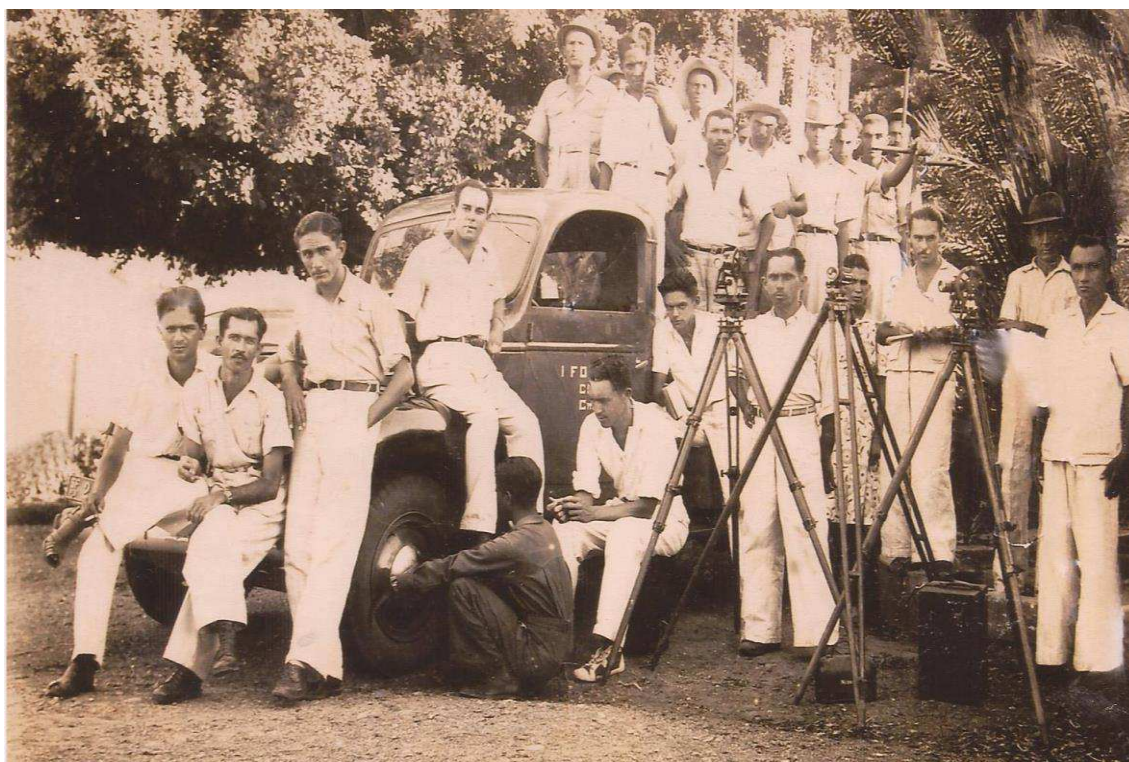
---

<sup>1</sup> Rodovia PB-380 inaugurada em 2014, criada com a finalidade de escoamento de produção de coco e demais produtos agrícolas, que liga a PB-348 a BR-230.



**Carta 1** - Localização Geográfica de São Gonçalo no Município de Sousa/PB  
**Fonte:** DANTAS, Iuri. Sousa/PB, 2012.

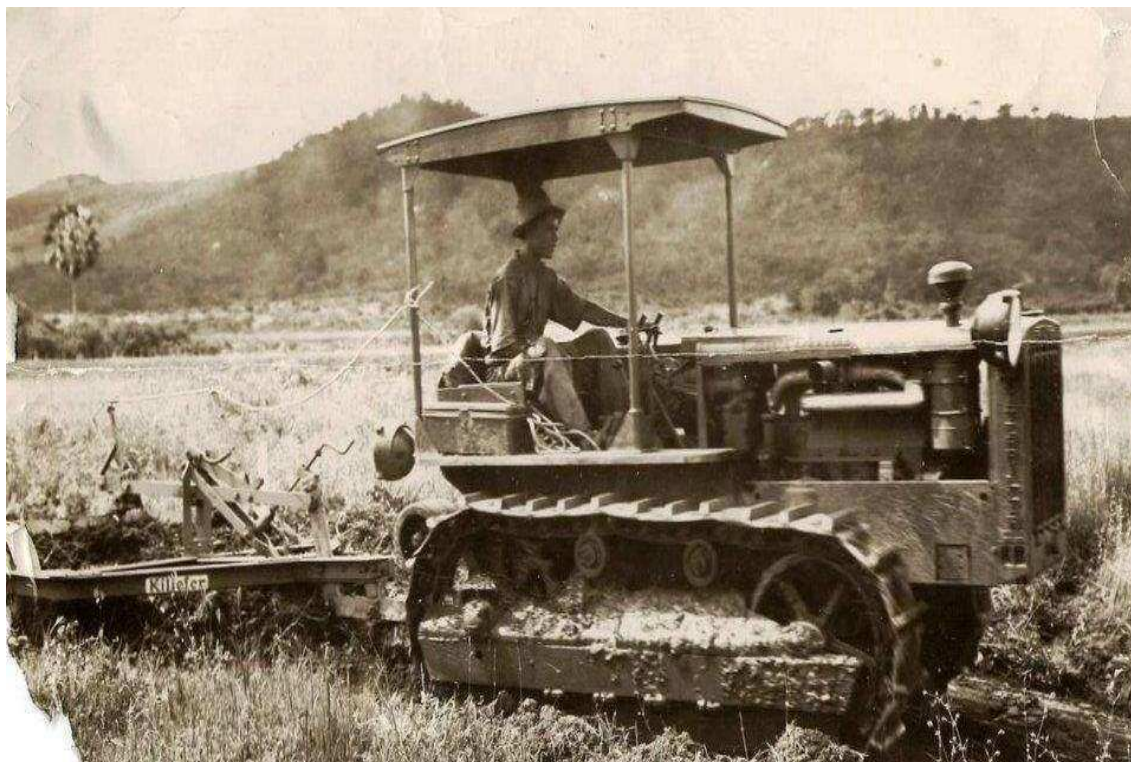
De acordo com Soares (2013) na década de 1930, a IFOCS passa a contar com uma equipe de especialistas representada por agrônomos, pedólogos, engenheiros, botânicos, geólogos e hidrólogos designados para atuarem no Nordeste brasileiro, com vistas à realização de estudos minuciosos do semiárido, de suas potencialidades e limites de solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies à região. São Gonçalo recebeu inúmeros profissionais em diversas áreas científicas para dar vida ao progresso que surgiu naquela localidade. Na imagem 01 um pouco desse contexto histórico, podemos observar funcionários da IFOCS sendo fotografados, conforme registro, na porta do caminhão.



**Imagem 01** - Equipe Técnica do DNOCS  
**Fonte:** Arquivo do DNOCS.

Foram construídos no acampamento residências para engenheiros, técnicos e demais funcionários, oficina mecânica, almoxarifado, laboratórios, hospital, a casa de pensão, república, campo de futebol, casa de hóspedes, cooperativa, hotel, entre outras obras importantes.

A cidade de Sousa/PB assistia de perto o progresso em São Gonçalo, os habitantes viam máquinas e engenhocas, nunca visto antes, era o sonho se tornando realidade, como pode ser observado na imagem 02:



**Imagem 02** - Maquinário nas obras do DNOCS

**Fonte:** Arquivo de CÉSAR, Wesk.Sousa/PB, s/d.

A criação do PISG possibilitou o assentamento de famílias e fez distribuição de Lotes Agrícolas, dando condições de trabalho e moradia. Cada colono recebeu uma casa, uma carroça e um burro, assistência técnica e social. Segundo Melo (1988, p.190) naquela época o PISG:

(...) é utilizado por 294 pequenos agricultores irrigantes, o que significa 65% de um total previsto de 455 colonos. A área por eles ocupada mede 1,253 hectares, o que significa, em média 4,3 hectares por agricultor. Se somarmos, a essa área ocupada, 68 hectares utilizados pelo Centro Técnico do perímetro e mais 101 hectares que estão sendo recuperados, temos o referido montante de 1.422 hectares considerados em recuperação.

Na configuração original a casa de um colono era composta por dois quartos, um corredor, um banheiro, uma sala, uma dispensa, uma cozinha e portas e janelas com duas bandas. Havia água encanada e energia elétrica. A respeito disso, reforça Melo (1988, p. 195):

[...] Moram eles, com efeito, em casas fornecidas pelo DNOCS, feitas de alvenaria, caiadas, cimentadas e possuidoras de saneamento, bem como de energia elétrica. Em geral, seus habitantes possuem televisores. Dispõe-se em três grupos distintos, dentro do perímetro, cada um dos quais com sua escola. Também contam os colonos com serviço de assistência social ao lado de assistência técnica

Podemos observar tal descrição na imagem 03.



**Imagem 03** - Modelo original de casa fornecida pelo DNOCS  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 05/2015.

O PISG seria até hoje um projeto viável, não fosse os problemas sociais e financeiros ligados às desestruturações e o descumprimento as normas do DNOCS. Todas as cláusulas do Contrato de Compra e Venda deveriam ser cumpridas, sob pena da exclusão do colono do quadro social, sendo as principais:

- Não se ausentar por mais de uma semana do lote familiar sem o prévio atendimento da gerência do PISG;
- Adotar medidas e práticas recomendadas pela administração para o uso da água;
- Utilização e conservação do solo;
- Obedecer às normas legais, regulamentos e decisões administrativas pertinentes à situação e atividade de irrigante;
- Cumprir o contrato de comercialização dos produtos; explorar, direta e integralmente a área irrigável sob sua responsabilidade, aceitando orientação da gerência do PISG no que se refere à exploração agrícola, prática de irrigação, utilização de crédito, comercialização do produto associativo;
- Não alterar o sistema de funcionamento dos canais de irrigação, nem utilizar meios irregulares para aumentar sua cota de água para irrigação ou uso doméstico;

- Permitir a fiscalização de suas atividades pela administração, prestando-lhe as orientações que forem solicitadas; não transferir, sob qualquer título e a quem quer que seja a posse do lote agrícola ou do lote habitacional;
- Cumprir todas as obrigações assumidas no contrato de experiência; manter em bom estado de conservação a casa e suas dependências.

Tomamos como exemplo a agrovila do Núcleo Habitacional I, na figura 1, para poder observar o crescimento da mesma, que antes era composta por 72 casas. Atualmente esse número supera as 500 construções. A configuração primária é a destacada em vermelho na figura abaixo, a parte inferior da figura, que corresponde ao sul, foi invadida por filhos e genros de colonos, e recém-chegados de outras localidades para trabalhar nos lotes agrícolas em ganho de diárias. As casas destes eram todas de taipa (pau a pique), formando uma construção desordenada denominada e conhecida localmente de favela. Hoje, a maioria é de alvenaria, porém não existe nenhum tipo de saneamento básico, as ruas são tortuosas, o que no futuro dificultará uma construção de vias de esgoto. Observamos isso na figura 01 abaixo.



**Figura 1** - Demarcação do Núcleo I, até a década de 1980  
**Fonte:** Google Imagens 2015 CNES/Astrium, Digita lGlobe.

O PISG era administrado pela Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba- CPI, que por sua vez, era administrada pelo DNOCS, cuja função se destinava financiar insumos, prestar



assistência técnica e negociar a produção agrícola dos colonos. A prestação de conta realizava-se em dezembro de cada ano, chamado saldo anual, embora o associado pudesse solicitar adiantamento mensal. Em 1978 houve desmembramento da CIP, passando a denominar-se Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo – CAMISG. Houve alteração do estatuto, deixando comercializar apenas os produtos agrícolas e passando a alugar máquinas (horas), fretes, compra e venda de insumos, fertilizantes e agrotóxicos.

De acordo com Melo (1988) outra função da Cooperativa consistia no fornecimento, aos seus associados, de insumos e de serviços de mecanização. Assim como mantinha um rebanho com cerca de 207 bovinos, que representa, assim, um “bem comunitário”. O rebanho de bovino era da raça tabapuã, um bem coletivo, que era mantido com os cuidados dos colonos, uma vez que, faziam rodízio para trabalhar nas mangas (área de pastagem protegida por cercas para pisoteio do gado) da pecuária, em manutenção de cerca e alimentação do rebanho. Ainda de acordo com Melo (1988, p. 194):

(...) também costumava atuar a cooperativa como órgão financiador dos agricultores. Recentemente, porém, para não continuar a arcar com os efeitos dos atrasos e inadimplência dos colonos, deixou de exercer essa função. Desse modo, a assistência financeira aos colonos passou a ser realizada diretamente pelo banco financiador.

Entretanto, a inadimplência de alguns cooperados contribuiu para o esgotamento do capital de giro da cooperativa, fazendo com que a cooperativa buscasse parceria com o Banco do Nordeste do Brasil, o qual passa atuar com agente financiador da CAMISG, através de cédulas de créditos individuais. Podemos observar essa parceria no registro da imagem 04.



**Imagem 04** - Registro da parceria entre CAMISG E BNB, à esquerda a direção da CAMISG, o gerente Francitônio e o presidente José Carneiro de Andrade, à direita, o Gerente e fiscais do BNB.

**Fonte:** Arquivo de Socorro Gonçalves. Sousa, s.d

O surgimento do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, juntamente, com a força administrativa da CAMISG e do DNOCS impulsionou o desenvolvimento da agricultura familiar a partir de novos plantios como: arroz, banana e tomate, este com destaque para a agroindústria.

O PISG além do DNOCS contou com diversas parcerias frente ao desenvolvimento, a exemplo do Instituto Nordeste para o Fomento de Algodão e Oleaginosas (INFAOL), da Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba Ltda (CIP) desmembrada em 1978 e transformada em Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo (CAMISG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Associação Nordeste de Crédito e Assistência Rural - ANCAR, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER), da Cooperativa Mista dos Microempresários em Ciências Agrárias (COMECA) e da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA-PB). Relembrarmos a existência desses órgãos faz-se perceber a importância que teve o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, quando funcionava em harmonia.

Não podemos negar que o DNOCS prestou a atenção necessária para o bom desenvolvimento do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, desde os inovados laboratórios,

assistências técnicas, financiamentos, desenvolvimento de pesquisa, garantia na comercialização dos produtos agrícolas, manutenção de canais, drenos e estradas, e, sobretudo, na ordem estabelecida para garantir a regulamentação desse espaço. Tal órgão administrou com punhos fortes essa tarefa.

O referido projeto deu respaldo a todos os assentados mantendo a disciplina e assistência social para qualquer causa que fosse contra as ordens que regiam a comunidade. Este espaço era protegido por Leis Federais, plantava-se apenas o planejado pela equipe técnica do DNOCS, não se podia criar animais, não era permitido jogos, bebedeiras, a casa não podia ter nenhuma modificação, salvo uma repintura, exigia-se política de boa vizinhança, nenhum colono poderia ficar em casa nos horários de trabalho, os lotes não foram cercados e mesmo assim eram respeitados os limites de divisas entre um lote agrícola e outro. A polícia Estadual não interferia nessa segurança, em São Gonçalo existiam guardas com delegacia e um delegado.

Embora os habitantes de São Gonçalo vivessem de maneira organizada, o DNOCS estava ligado, exclusivamente, às atividades agrárias, pois pouco planejou o desenvolvimento social, financeiro e educacional das pessoas que se desenvolviam naquele ambiente.

Ao olhar São Gonçalo hoje, percebemos com facilidade que esses filhos cresceram e muitos não conseguiram se libertar economicamente. Alguns precisaram desde cedo ajudar nas atividades agrícolas, se dispersando do processo de escolaridade, bem como não tiveram incentivos de melhoria financeira para buscar alternativas fora da família, e também melhorias educacionais. O básico na mentalidade dos pais era que seus filhos apenas aprendessem a ler e escrever, considerando a atividade agrícola como a única opção de trabalho, vontade de produzir e de crescer na realização da terra própria. Muitos filhos de colonos com esforços ainda chegaram a cursar o ensino técnico profissionalizante ofertado pela Escola Agrotécnica Federal de Sousa- EAFS, mas não buscaram alternativas de trabalho em outras regiões, perdendo assim, a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos.

A família centrou-se economicamente no lote agrícola que se tornou pequeno, devido o aumento dos membros familiares, uma vez que, esses filhos casaram, constituíram família e continuaram com a mesma renda agrícola, causando uma subdivisão da renda bruta.

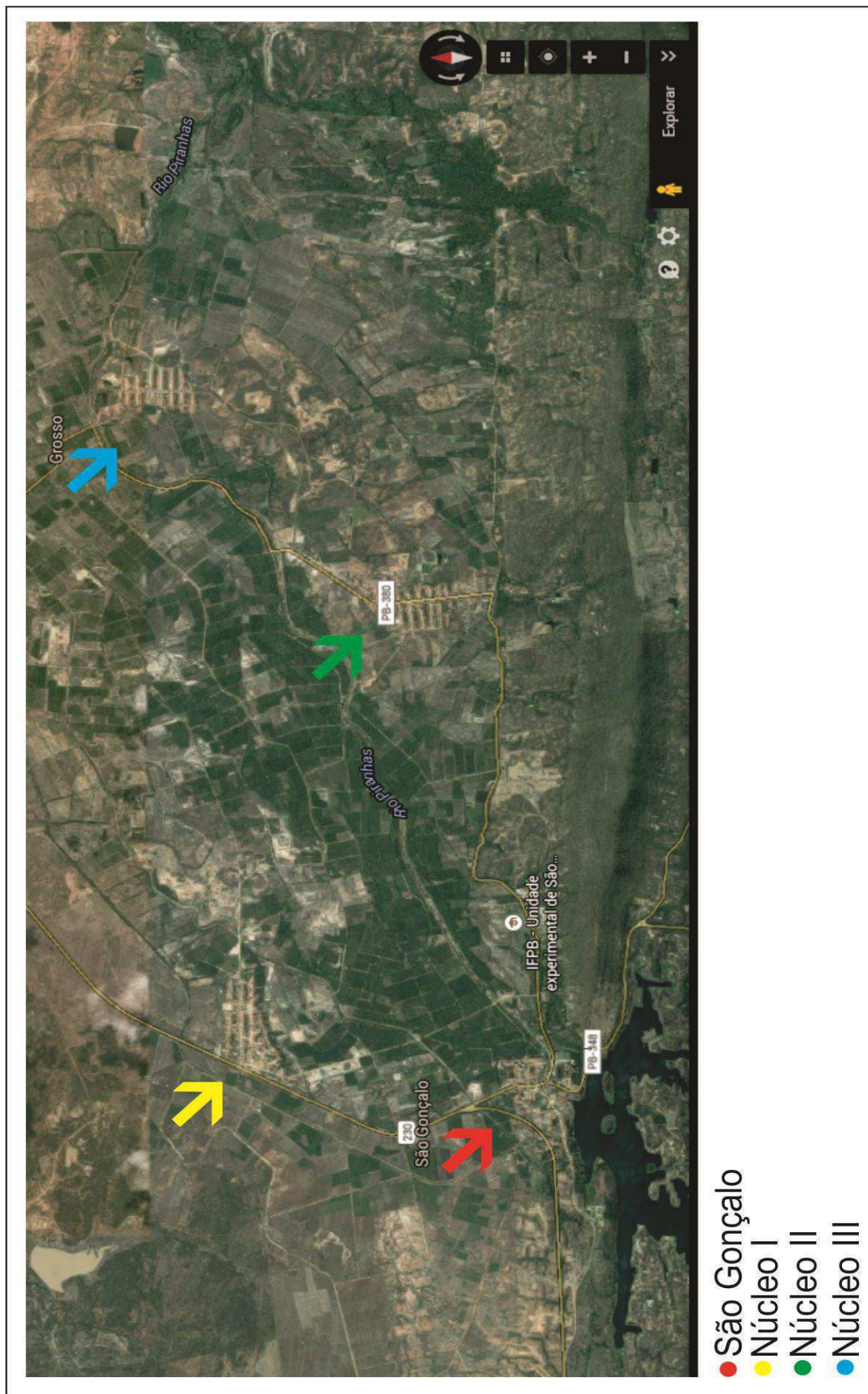
Com a modernização, apenas em mente, os netos dos assentados têm mais dificuldades ainda de se libertarem profissionalmente, devido a desestrutura social e do convívio do lugar. Esses lotes agrícolas que davam subsídios a uma família, agora causam uma subdivisão de renda, há àqueles que trabalham até cinco famílias, diminuindo a redução nos lucros das

vendas de seus produtos e até a qualidade de vida. Vale ressaltar algumas exceções que encontraram saídas bem sucedidas na área da educação e do comércio.

### **3. A PAISAGEM E O ESPAÇO DO PERIMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO/PB NA ATUALIDADE**

O PISG, como já foi mencionado em outro momento, é um distrito do município de Sousa, situado à cerca de 15 km da sede do município e a 440 km da capital da Paraíba, João Pessoa, entre as coordenadas geográficas 06 ° 50` 22”S e 38 ° 18 ` 39” W. É constituído por 03 (três) agrovilas: Núcleos Habitacionais I, II e III. O primeiro fica próximo da BR 230, Km 474. Os núcleos II e III ficam as margens do Rio de Piranhas, no sentido sul da cidade de Sousa/PB.

O clima da região é do tipo Bsh da classificação de Köppen, semi-árido quente, com chuvas concentradas nos meses de janeiro a abril, estabelecendo um longo período de estiagem nos meses restantes do ano, com pluviometria média de 800mm anual, temperaturas que variam entre 25°C a 38°C e umidade relativa do ar em torno de 64%. O relevo apresenta-se plano e suave ondulado com altitude media de 235m acima do nível do mar. Observamos isso na figura 02.



**Figura 2** - Localização Geográfica das Agrovilas – Núcleos I, II e III  
**Fonte:** Imagem google 2015, CNES/Astrium, Cnes/Spot Image, Digital/Globe, Landsat, U.S.

O relevo varia de plano a suave e ondulado. Predominam, na área do Perímetro Irrigado, as coberturas sedimentares, representadas pelos aluviões. Os solos aluvionais, dominantes na referida área são profundos e de textura média a argilosa. Aparecem, ainda, com certa representatividade, os vertissolos, com textura argilosa, medianamente profundos e os podzólicos, com textura que vai de arenosa a argilosa, e fertilidade natural variando de boa a média (DNOCS).

O PISG é abastecido pelo açude de São Gonçalo com capacidade hídrica de 44,6 milhões de metros cúbicos e pelo açude Engenheiro Ávidos com capacidade de 255 milhões de metros cúbicos. Entretanto esse último não pode atingir sua capacidade máxima, por medida de segurança, acumula-se em tempo de cheias a quantidade máxima apenas de 190 milhões de metros cúbicos. A interligação desses açudes se dá através do rio Piranhas. A distribuição dessa água para irrigação é realizada por inundação através de canais de concreto, constituídos de canais principais e secundários. Segundo Soares (2013, p. 51-52):

Rede de irrigação constituída por canais principais e secundários, responsáveis pela condução de água até os lotes agrícolas. A captação é feita diretamente do açude, pelos canais principais, Norte e Sul, que possuem respectivamente 14 km e 10 km de extensão.[...] Os canais secundários, menores, somam 81 km de extensão. (...) Sistema viário constituído por estradas principais, com 87 Km de extensão e 6 m de largura, bem como pelas estradas secundárias, que medem 140 km de extensão e 4 m de largura, permitindo assim acesso aos lotes e núcleos habitacionais.

Tais obras estão deterioradas, tanto os canais principais como os secundários estão parcialmente destruídos, afetados principalmente pela falta de água por um período de 04 (quatro) anos, além das dilatações entre as mudanças de temperatura alternada entre os dias e as noites, conforme imagens 05 e 06.



**Imagem 05** - Canal Principal

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/05/2015.

Hoje o PISG conta com uma irrigação defasada e canais (imagem 06) deteriorados, com rachaduras e tomados pelo mato (erva má).



**Imagem 06** - Canal Secundário

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/05/2015.

Já as estradas (imagens 07 A, 07 B e 08) perderam seu potencial de movimento, o



mato invadiu suas laterais. Por outro lado foram desrespeitadas com limites de cercas e plantações que invadiram suas margens, bem como a má conservação ocorrida por desgaste natural das poucas chuvas e dos vazamentos provenientes dos arrombamentos dos canais de irrigação que são margeados pelas referidas estradas. O cenário encontra-se visivelmente modificado depois que o DNOCS perdeu força na administração do PISG.



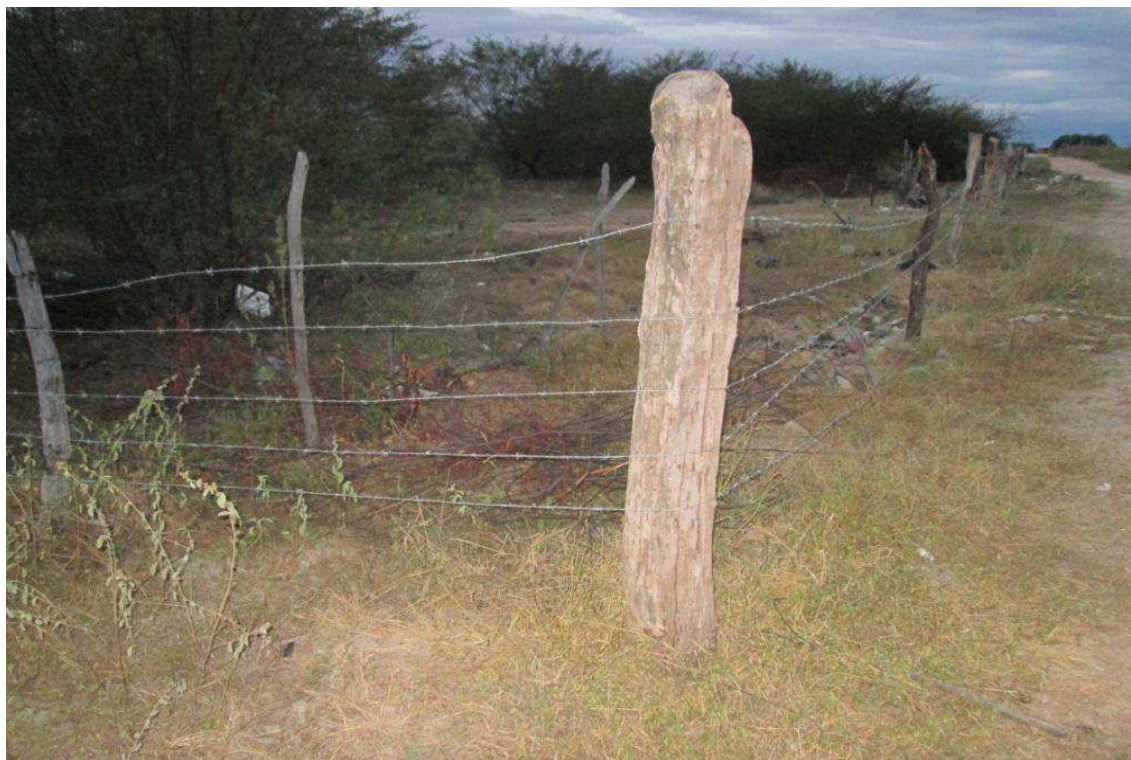
**Imagem 07 A** - Estrada principal, que liga os Núcleos I, II e III.

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/05/2015.



**Imagem 07 B** - Estrada de escoamento de produção, localizada na lateral dos lotes.

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/05/2015



**Imagem 08** - Avanço das Cercas

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/05/2015.

É perceptível a decadência financeira, social, habitacional, do PISG. O DNOCS foi alvo de muitas especulações, e acreditamos que isso o levou ao declínio e junto com ele o PISG e todas as pessoas envolvidas, sobretudo os colonos e suas famílias.

O DNOCS perdeu sua função de comandar todo PISG e assumiu a de orientador. Isto aconteceu quando os colonos assinaram o contrato de compra e venda do lote, com prazo de vinte anos para quitação, em seguida fez transferência de gestão da cooperativa para os associados e transferência dos recursos hídricos aos usuários. Podemos dizer que começa nesse instante a emancipação do Perímetro Irrigado de São Gonçalo, surgem às desorganizações (GOMES, 2009).

Em 1997 aconteceu a criação do convênio entre DNOCS e a JUSG - Junta de Usuários da Água de São Gonçalo, sob o nº 435833 PGE 01/97, em que lhe foi transferido à administração, operação e manutenção de toda a infraestrutura de uso comum do Perímetro Irrigado de São Gonçalo nos anexos I e II do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 1997).

Nesse período, o DNOCS realizou treinamento sobre operação de reservatórios para a Comissão Gestora dos Açudes Públicos de São Gonçalo e Engenheiro Ávidos que juntos abastecem os 2.267 há áreas irrigadas, além do abastecimento das cidades de Sousa, Cajazeiras, Nazarezinho, São José de Piranhas e irrigações difusas feitas ao longo do rio

Piranhas no trecho que interliga os dois reservatórios (DNOCS, 2006).

Agora, começa a surgir um grito de liberdade, entretanto, fora entendido como alívio das pressões e das ordens impostas pelo DNOCS, pois antes existiam restrições e regras de disciplina que controlavam além do processo produtivo, o controle da vida social e bem estar dentro dos núcleos.

Os Núcleos Habitacionais I, II e III eram cercados e totalmente isolados, com acesso permitido por guardas que controlavam a entrada de pessoas e mercadorias. No início eram normas que deveriam ser cumpridas a todo o custo, caso quisesse se manter na comunidade, junto da família. Apesar de todo o regimento, era seguro morar ali e para quem sempre viveu de forma harmoniosa, aquele era o paraíso.

O Perímetro Irrigado atualmente é um lugar totalmente diferente do planejado pelo DNOCS, as casas que antes não se podia fazer uma ampliação, hoje tomam outros sentidos. Junto ao lote familiar do colono agora mora até dois filhos em puxadas construídas nas margens laterais. Esses espaços entre uma casa e outra tinha a função de privacidade, e foram reduzidos, tornando as casas próximas umas das outras, em muitos casos, chegando a dividir paredes, como é possível observarmos na imagem 09:



**Imagem 09** - Casa do colono com estrutura original alterada

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/06/2015.

Esse espaço também foi invadido por empresários, comerciantes, profissionais

liberais, que chegam a contribuir com as modificações. As imagens abaixo demonstram uma casa de colono dando espaço a uma mansão com estrutura moderna. Foram registrados dois momentos, um ainda mostrando a casa antiga do DNOCS, e outro a casa já demolida, dando espaço até para uma piscina. Isso está representado nas imagens 10 A e 10 B:



**Imagem 10 A** – Casa original de colono  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo.  
Sousa/PB, 29/05/2015.



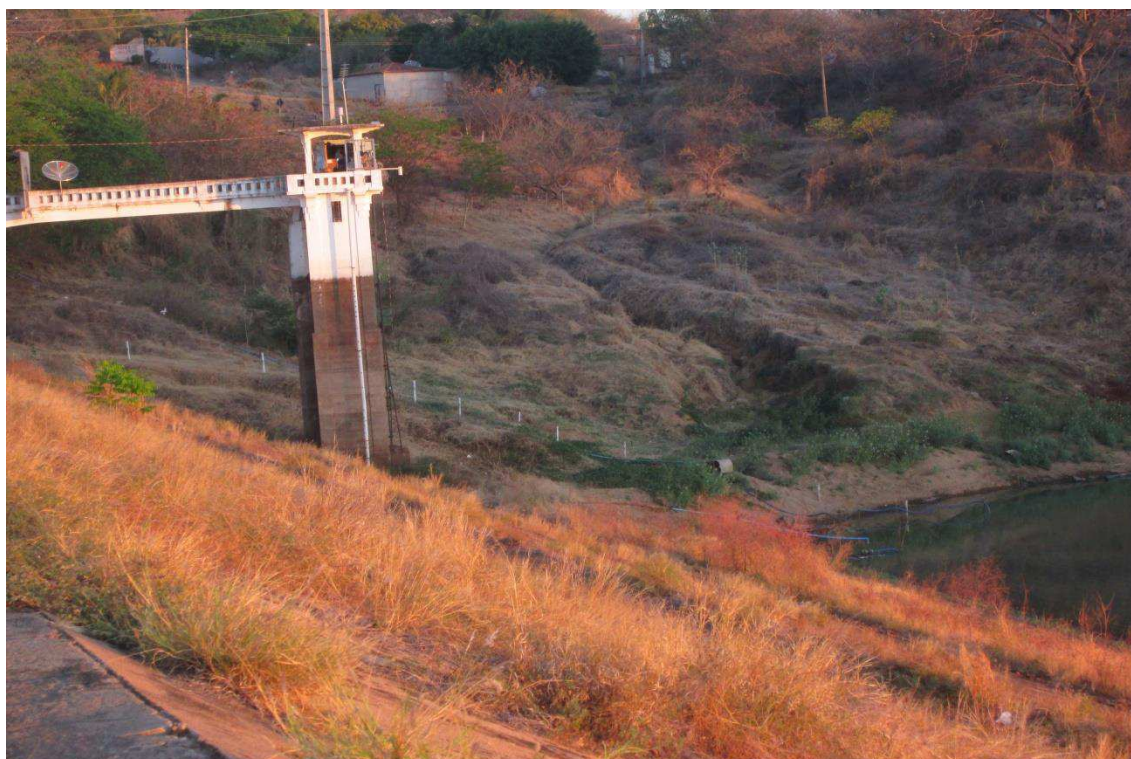
**Imagem 10 B** – Casa nova com piscina  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo.  
Sousa/PB, 21/06/2015.

O pagamento dos lotes agrícolas e o familiar (a casa) foram suspensos, porque houve uma grande desvalorização da moeda, e a correção não acompanhou a inflação, este valor passou a ser irrisório e não correspondia sequer à unidade de menor valor na década de 1980.

Atualmente, no PISG não existe mais exigência para se adquirir um lote ou uma casa, nesse espaço isso é negociado sem quaisquer burocracias, seja através de compra, troca, tomada por dívidas ou invasão. Aquele lugar que era mantido sobre as Leis Federais, agora é lugar aberto a todos e transmite muita insegurança.

Vale ressaltarmos que apesar de todos os problemas que existem no PISG, o maior deles se volta a estiagem, a seca dos últimos 04 anos, com baixos índices pluviométricos inferiores as médias anuais conforme consulta realizada no site da AESA: 2012- Sousa/ São Gonçalo, 544,5mm anual; 2013 – 731,6mm anual; 2014 – 823,7mm anual; e 2015 – 766,5mm anual. Constatamos que mesmo diante de tantas construções de açudagem não garantiu-se segurança hídrica para manter as necessidades humanas, os açudes de São Gonçalo e Engenheiro Ávidos operam com volume morto, podendo vir secar completamente nos próximos meses.

A atual quantidade de água no açude de São Gonçalo segundo monitoramento Agência Estadual das Águas (AESAs) no dia 18 de novembro de 2015 é de 1.600.720 m<sup>3</sup>, que corresponde a 3,6% de sua capacidade, enquanto que na mesma data a situação de Engenheiro Ávido é de 18.665.765m<sup>3</sup>, correspondente a 7,3% de sua capacidade. Podemos observar na imagem 11 a situação hídrica de São Gonçalo.



**Imagem 11** - Açude de São Gonçalo com pouco mais 1,5 milhão de metros cúbicos  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 16/11/2015.

Mesmo diante das ações para desenvolver o Nordeste, sobretudo o Sertão Paraibano, os órgãos federais DNOCS e SUDENE, não foram capazes de resolver o problema de abastecimento hídrico dessa região. As barragens não foram suficientes para armazenar a água das poucas chuvas e não continuaram na construção de novos açudes. Segundo Gomes (2005) o açude Engenheiro Ávido foi projetado para ter a capacidade de armazenamento de 590 milhões de m<sup>3</sup> de água, e São Gonçalo, deveria armazenar 75 milhões de m<sup>3</sup>. Essa redução no armazenamento de água desses açudes indicam a falta de garantia de irrigação e manutenção do PISG. A falta de água para irrigação levou a morte de toda a plantação conforme as imagens 12 A e 12 B:



**Imagem 12 A** .....



**Imagem 12 B**

Plantações de coqueiros mortos por falta de água

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/10/2015

Voltamos às histórias vivenciadas por nossos pais, a evidência da seca, sem renda e sem água, o que tem levado muitos habitantes do PISG a emigrarem para as cidades grandes em busca de melhoria. Nessa perspectiva, podemos considerar que as políticas públicas adotadas no Perímetro Irrigado de São Gonçalo não foram suficientes para resolver o grande problema da seca do sertão nordestino. Continua-se a se buscar água em cacimbas, nos leitos do rio Piranhas, a transportar tambores em carroças de burro, e carros pipas para abastecer reservatórios colocados pela prefeitura municipal.

Os gestores da SUDENE, novo administrador de caráter ordinário com atuação no Nordeste, compreenderam que não era mais necessário acumular água pelas construções de açudes e que quantidade de água armazenada já era suficiente para atender a demanda da região, faltando apenas uma melhor gestão para águas. Sabemos que tais políticas eram equivocadas, e a água continuou a faltar, presa em alguns boqueirões barrados. (CARVALHO, 2009)

O olhar geográfico nos colocou na condição de observadores de todas as modificações ocorridas no PISG, e é baseado em Milton Santos que aprofundamos esse olhar que vai além dos aspectos visuais, e percebermos as ações do ser humano como um grande agente modificador da natureza e da paisagem. Esta capacidade foi adquirida nas experiências dos grandes geógrafos durante o curso de Geografia. Para Santos (1988) paisagem é tudo aquilo que nossa visão alcança, esta pode ser definida como o domínio do visível, não é formada apenas de grandes volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

A Geografia salta a ciência de estudos dos mapas e passa a ser uma das mais complexas. Por envolver diversos ramos, somos indagados a responder o que estuda a geografia, logo respondemos que estudamos tudo, desde as camadas da atmosfera, solo, rochas, movimentos tectônicos, produção do espaço, urbanização, vegetação à economia, entre outros. Santos (1988) afirma que no passado a geografia tinha como objetivo o estudo da paisagem. Mas, Sorre ressaltava, afirmando que o geógrafo deveria utilizar de sua descrição, para valorizar o complexo geográfico local, cuja expressão concreta é a paisagem.

Embora nosso curso seja de licenciatura plena, muitas das disciplinas ministradas nos motivaram a observar as transformações do espaço e valorizar a paisagem, ambiente modificado pelo homem por diversas razões, sendo a mais comum de todas, transformar a natureza em espaços lucrativos, que possam gerar valores financeiros e acumulação de riqueza. Foram tantas as transformações ocorridas no PISG nestes 40 anos que passa a ser impossível selecionar os mais importantes, mas é diante de muita responsabilidade que tentamos ser justo nos levantamentos de dados de nossa pesquisa.

### **3.1 Memórias sobre o Perímetro Irrigado de São Gonçalo/PB**

Mediante levantamentos, buscamos entender todo o processo de formação do PISG, desde o primeiro passo até o presente momento. Fizemos questão de relatar histórias vivenciadas por pessoas envolvidas, que em suas falas, fizeram questão de contribuir e ao mesmo tempo registrar a sua vivência para que fique registrado como forma de experiência. Buscamos pessoas ligadas às atividades da CAMISG e da JUSG. Para o Sr. Dorgival Patrício de Almeida, 73 anos, no início do Projeto Irrigado tudo funcionava em harmonia, e tinha certeza do progresso dessa inovação do Governo, porque a seca é um mal impiedoso.

*“O critério para ser selecionado era ter menos de 40 anos de idade, famílias mais numerosas tinha prioridade, ser casado e ter já experiência como agricultor, minha inscrição foi feita em 1970, e dia 23 de novembro de 1972 recebi o lote juntamente com a esposa e 4 filho, todos pequenos sendo que o ultimo filho nasceu já em São Gonçalo. A princípio realizei cursos profissionalizantes em Irrigação e trabalho, recebi o lote agrícola, 4,6 hectares contando com redes canais e drenos parcelares, restando um valor de 3,6 hectares. Destinado a exploração agrícola, uma casa, com dois quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala, uma dispensa e uma área na frente, com as medidas do terreno familiar medindo 20m x 40m. Tínhamos assistência técnica, assistência social e segurança. Até 1978 a administração do PISG era regida pela CIP- Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba, esta atendia os projetos de Condado, Sumé e São Gonçalo. Mediante desacordo entre os três Projetos Irrigados, foi realizado o desmembramento da CIP, a partir daí O PISG contava com uma nova forma de gerenciamento, sendo criado a CAMISG, com novo estatuto parcialmente renovado, podendo a partir daí exercer outras atividades lucrativas. Como serviços de fretes, vendas de produção agrícola, compras e vendas*

*de insumos, supermercados, para atender as necessidades dos irrigantes e angariar investimentos financeiros juntos aos bancos, vendas de horas de máquinas, entre outros. Até metade da década de 1990 a CAMISG operou com responsabilidade e trabalhos aparentes, onde a decisão do sócio ainda era respeitada. A CAMISG era gerenciada pelo DNOCS através de um gerente e um chefe de comercialização, até esta data era administrada com conhecimentos econômicos e sociais, bem como controle de caixa, porque existia o conhecimento de gestão e administração. No final da década de 1970, foram elaborados contratos de promessa de compra e venda dos referidos lotes, com proposta de pagamento em 20 anos com 05 anos de carência, e com isso o DNOCS passou a gestão da CAMISG aos colonos, estes contratos não envolviam todos os colonos assentados, por tratar de um procedimento por etapas, e estes não atingiram outros colonos porque houve desvalorização da moeda e ficou inviável a cobrança dos mesmos e inclusão de novos contratos, O órgão ficou na eminência de uma nova opção de apropriar o assentado, sendo que nunca houve uma outra alternativa. Na década de 1980, a CAMISG funcionou em prol do progresso das famílias dos associados, contava com 125 associados, prédio cedido pelo DNOCS, gerenciou 37 tratores do DNOCS, dois caminhões Chevrolet, 01 Fiat Uno147, 01 Gurgel, 01 Brasília, 05 motocicletas 125cc marca Honda, 673 bovinos entre vacas, novilhas e bezerros, ambos da raça tabapuã, a melhor adaptada à região, dois touros reprodutores de raça Kaizer e Pago, todos registrados com selo de pureza da raça e de sangue. O deslocamento do rebanho era feito com auxílio de 05 vaqueiros montados em burros, esses bovinos eram temporariamente feito rodizio entre as seis mangas de pisoteio e ao estábulo para vacinação banho de carrapaticidada. Todos os colonos eram obrigados a destinar um dia por semana para prestação de serviço na alimentação do rebanho e manutenção das cercas das mangas de pisoteio que detinham os animais. O colono recebeu uma carroça com burro, era o único transporte para se deslocar até o lote agrícola. O PISG era regido sobre leis e ordem, cercado por cercas de arame farpado, existia um guarda na saída para Sousa e na entrada no Núcleo I existia uma mata-burro para que os animais não invadissem a BR 230, particularmente, o colono poderia criar no máximo duas vezes para produção de leite para a família, estas deveriam ser mantidas no curral e alimentadas com ração tiradas no lote. Toda a produção agrícola era entregue na CAMISG sendo recebidos adiantamentos conforme o desenvolvimento da plantação em acordo, e no final do ano feito a contabilidade geral e recebimento de saldos, conforme produção. A primeira cultura explorada no PISG foi o arroz, este era colhido de forma manual e batido numa forma de girau que se confeccionava em madeira, tipo uma mesa, esse ciclo rendeu em média 6 anos, o segundo ciclo importante foi a banana nanica que chegou a 300 toneladas mensal e consumida para Estados vizinhos do Ceará e de Pernambuco para fabricação de doces, o terceiro ciclo agrícola de do PISG foi o tomate, para as fábricas CICA NORTE, PALMERON, na produção de extratos e molhos. O quarto e ultimo ciclo de produção do PISG é coqueiro anão com produção exportada para as cidades, de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, entre outros. Esse ciclo fez sucesso e deu boas rendas aos colonos, alguns podendo atingir bons salários”.*

Ao buscarmos entender a configuração atual do PISG é necessário interligarmos os principais fatos ocorridos neste espaço, transformado pela ação do homem na expectativa da emancipação e liberdade, e que desestruturou toda história que para muitos habitantes era riqueza de todos, era o progresso.

Da mesma forma que para entendermos as ações do DNOCS precisamos compreender o fenômeno da seca e da fome, não seria possível separarmos da história desse Perímetro Irrigado a ação e importância da CIP (Cooperativa dos Irrigantes da Paraíba), que antes administrava três projetos de Irrigação que correspondia a Condado, São Gonçalo e Sumé.



Em 1978 houve desmembramento da CIP sendo fundada em São Gonçalo a CAMISG (Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo). No art. 37 no Anteprojeto de Políticas de Irrigação elaborado por José Augusto Trindade cita que a Cooperativa de Irrigantes deve ser do tipo mista. A atual Lei de Cooperativas, em suas atribuições são referentes à irrigação, exercendo as funções de alugueis de máquinas agrícolas, suprimentos de inseticidas, fungicidas, soros, vacinas, combustíveis, lubrificantes, adubos, máquinas e instrumentos agrícolas, animais de trabalho, artigos de lavouras em geral, fornecimento de gêneros alimentícios, artigos manufaturas e medicamentos, assistência médico-dentária, serviço de crédito, beneficiamento, conservação e embalagem de produtos, transformação industrial de produtos agropecuários, colocação dos produtos nos mercados, conservação de canais, drenos e caminhos, exploração agrícola e a distribuição d'água para irrigação (TRINDADE, 2005).

A CAMISG serviu de órgão regulamentador de todas as ações comerciais no Perímetro Irrigado de São Gonçalo, toda a produção agrícola do PISG era comercializada através dessa empresa, que cobrava 5% da produção como taxa e que cedia adiantamento para manutenção da cultura explorada conforme a indicação da administração, e no final de cada ano era feito o fechamento de conta a fim de analisar os saldos positivos ou não, conforme quantidade produzida. Hoje a sede da CAMISG é uma residência familiar. Observamos isso nas imagens 13 A e 13 B.



**Imagem 13 A** - Sede da CAMISG  
**Fonte:** Arquivo de Socorro Gonçalves. Sousa, s.d



**Imagem 13 B** – Sede da CAMISG transformada em residência após invasão.  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 29/10/2015.

A sede da CAMISG foi invadida e agora dá morada a um invasor que a transformou em uma residência protegida por murada, sendo esta é a única visão. Mais um exemplo da falta de ordem e de respeito ao patrimônio público em São Gonçalo.

Todos os prédios públicos da CAMISG ganharam um morador invasor. Podemos considerar aqui uma terra sem lei, porque a justiça comum alega não poder intervir e o DNOCS não tem mais força para reagir em defesa dos patrimônios federais. No relato de Luiz Pereira de Andrade, 71 anos, colono aposentado deixa clara a incompetência técnica da JUSG na administração da água do PISG:

*“Pai de 9 filhos, antes todos trabalhavam com agricultura, depois de muitas dificuldades na agricultura, alguns viajaram para trabalhar nas cidades grandes. Cheguei em São Gonçalo em 1974, naquela época eu tive que fazer vários exames médicos, era preciso ter experiência com agricultura e fazer cursos de irrigação e de trabalho, era exigido harmonia com a vizinhança e não se podia beber cana, era obrigado a obedecer todas as normas imposta pelo DNOCS, todas as atividades agrícolas eram orientada por um técnico com visitas diárias, nós tínhamos que trabalhar um dia por semana na pecuária alimentando o rebanho O DNOCS não agiu corretamente ao entregar a responsabilidade e manutenção do PISG a JUSG, porque nós irrigantes não tínhamos condições de manter em São Gonçalo, manutenção de canais, estradas e drenos, A JUSG hoje é uma instituição falida em São Gonçalo por falta de conhecimento técnico em administração. Quando fui vice-presidente da JUSG, por não concordar com as formas de trabalho, eu tive que renunciar, porque nunca gostei de coisas desorganizadas. Outros problemas da JUSG é que todos tinham que pagar as taxas de K1 referente a impostos e K2 referente ao pagamento d’água utilizada para irrigação, sem produção deixamos de pagar esses valores, por não sermos beneficiados desses serviços durante muitos anos. O problema maior do PISG é falta de água para irrigar o lote agrícola, que há 04(quatro) anos não chove regularmente. Aqui já plantei, arroz, banana e tomate, atualmente estava apenas com coqueiros anão, e não consigo mais produzir, a água do cacimbão é pouca, hoje vivo da aposentadoria., E para solucionar nosso problema somente a transposição do Rio São Francisco ou a regularização de nossas chuvas. Hoje São Gonçalo é muito diferente de antes”.*

Nas imagens 14 A e 14 B mostram que a balança de pesagem dos produtos dos cooperados, foi invadida e transformada numa Associação de Produtores de cocos que nunca funcionou, chegou a fazer contratos, porém não foram cumpridos. Esta foi uma das primeiras balanças industriais nessa região.



**Imagem 14 A** – A balança da CAMISG  
**Fonte:** Arquivo de Socorro Gonçalves. Sousa, s.d.

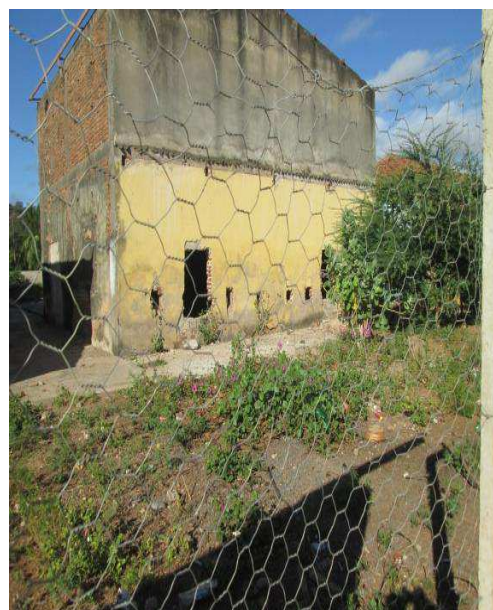


**Imagem 14 B** – A balança da CAMISG reformada e transformada em associação de produtores de coco, que não funcionou.  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 29/10/2015

Existia na CAMISG um grande potencial de secagem, beneficiamento e empacotamento de arroz. Parte dessa produção era oriunda da Fazenda CAMISG no Estado do Piauí, e depois de processado era vendido para toda a região. Alguns equipamentos podem ser mostrados na imagem 15 A e o sucateamento da CAMISG na imagem 15 B:



**Imagem 15 A** – Secadeira, beneficiadora e empacotadeira industriais de arroz  
**Fonte:** Arquivo de Socorro Gonçalves. Sousa, s.d.



**Imagem 15 B** – Prédio abandonado e sucateado.  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/10/2015.

A CAMISG contou com grande capital investido em máquinas, caminhões e veículos. Os caminhões tanto serviam para logísticas de uso próprio como para aluguel gerando receita de fretes. As máquinas atendiam aos associados e a terceiros. Nas imagens 16 A e 16 B nos mostram a frota de veículos do órgão.



**Imagem 16 A** – Frota de caminhões da CAMISG  
**Fonte:** Arquivo de Socorro Gonçalves. Sousa, s.d



**Imagem 16 B** – Frota de tratores da CAMISG  
**Fonte:** Arquivo de Socorro Gonçalves. Sousa, s.d

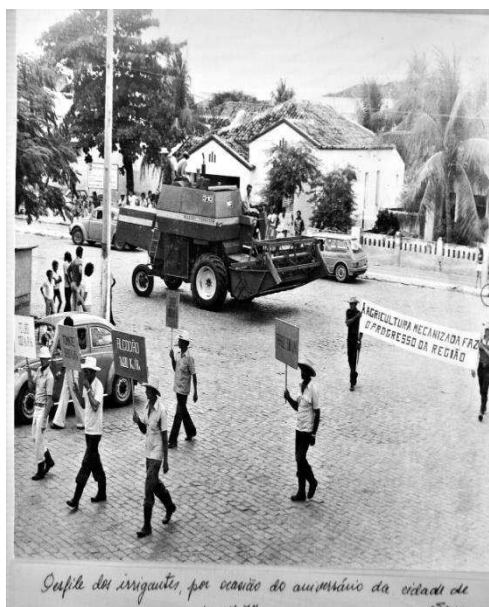
Referido órgão contou com um grande patrimônio, contando com 03 Carretas da marca Volvo, 08 caminhões Mercedes Benz, 27 tratores com implementos agrícola de marca Valmet e Massey Ferguson, 03 colheitadeiras, 01 Motoniveladora, 02 tratores de esteira, tipo D-8, 01 caminhão mulk para manutenção de rede elétrica, 01 caminhonete cabina dupla, 03 fiat uno, 08 motocicletas de marca Honda. Na década de 1990, São Gonçalo vencia todas as barreiras de desenvolvimento, gerava emprego, renda e segurança aos associados e filhos.

Não há nenhum registro da Fazenda CAMISG em artigos ou notícias, e como as atas de registros das atividades da empresa foram destruídas não houve outra maneira de saber sobre esse novo modo de produção senão conversar com pessoas envolvidas. O Sr. Francisco Pereira de Andrade, 45 anos, agricultor e operador de máquina dá a seguinte contribuição:

*“Na década 1990, tudo era muito bom, tínhamos trabalho fornecido pela Cooperativa dos colonos e o dinheiro não era tão difícil. Trabalhei como operador de máquinas da CAMISG na fazenda adquirida pela mesma, no Estado do Piauí, de tão grande ocupava parte de três municípios daquele Estado. Media mais 18.000 hectares de terras, uma imensidão que não se via o fim. Passei quase dois anos por lá, tinha muitos equipamentos e máquinas, havia um patrol (motoniveladora), dois trator de esteira, diversos tratores com todos os tipos de implementos, grades, espalhadeira de calcário, plantadeiras entre outros. Existia um secador, tanques de*

*combustíveis, geradores, casas, depósitos e uma boa condição de trabalho e de salários. As turmas reversavam dias e noites. Na fazenda CAMISG eram explorado em torno de 5.000 hectares. com plantação de arroz, a média de produção era de 2,5 toneladas por hectare e esta produção era secada e transportada para São Gonçalo, onde era beneficiada e vendida nas cidades e estados vizinhos. Existiam muitos filhos e genros de colonos que iam trabalhar no Piauí, não tenho certeza mais nunca faltava lá menos de 80 trabalhadores. Nós éramos satisfeitos com o que ganhávamos, as vezes passavam de quatro salários mínimos. Esse processo produtivo durou uns dois ou três anos, as despesas eram demais, e cremos que devido a fazenda está muito distante da Cooperativa, houve muitos problemas de administração e muitos prejuízos que os ganhos não puderam cobrir. Houve o colapso da empresa e junto a falência. Quase todos os empregados, mesmo sendo filhos de associados reclamaram direitos na justiça, houve indenizações que atingiram na época se aproximadamente de 70 mil reais. E isto custou todo os equipamentos da CAMISG e todo o seu capital. Eu não reclamei direitos trabalhistas porque sempre tive em mente que tudo poderia ainda voltar às normalidades, eu sempre achei que a cooperativa não deveria fechar. Hoje não temos mais trabalho garantido, nem compra de insumo coletivo, união na comercialização e nem nada. Em São Gonçalo só resta saudades de um tempo que tudo dava certo”.*

Houve um período que tudo se plantava no PISG, a alimentação era garantida pela variedade de produtos plantados e colhidos como pode ser percebido nas imagens, 17 A e 17 B, no desfile do aniversário da cidade em Sousa/PB (10/07/1975):

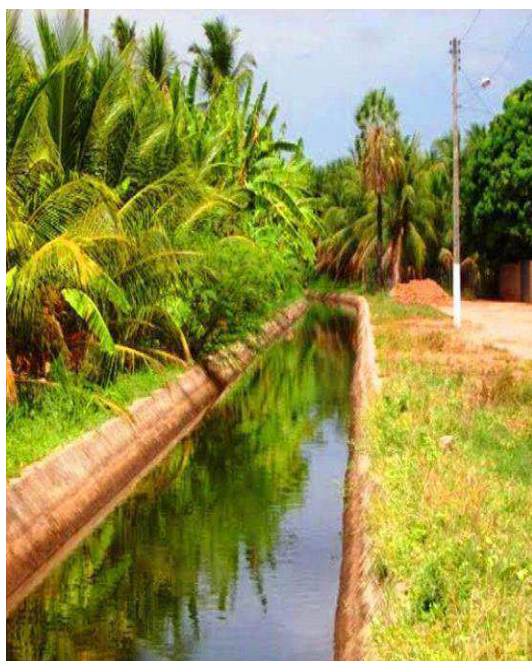


**Imagens 17 A e 17 B** - Desfile em Sousa, enfatizando a variedade de produção no PISG;  
**Fonte:** SOARES, Josemar. Sousa/PB 10/07/1975.

São Gonçalo foi cenário de exploração de muitas culturas, como arroz, banana, milho, algodão, batata-doce, dentre outros, conforme documentado em imagem do desfile do dia da cidade. Decorrido algum tempo, e com a implantação da monocultura do coco, nada mais se produzia no PISG, na verdade, água de coco mata a sede, mas não alimenta, não mata a fome. Antes se encontrava com facilidade: mangas, bananas, goiabas, araçá, macaxeira, batata-doce,

acerola entre outras alimentações. As crianças quando sentiam fome, davam uma pequena invadida num lote agrícola e logo se alimentavam.

Diante das modificações que há no PISG, podemos comprovar nas imagens 18 A e 18 B, o trecho que fica em frente a antiga Cooperativa Mista dos Microempresários em Ciências Agrárias (COMECA):



**Imagens 18 A e 18 B** - Imagens desse trecho em comparação ao ano de 2010 e 2015;  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo. Sousa/PB, 29/10/2015.

Não podemos falar do PISG sem citar o rio Piranhas que nasce na serra de Bongá, no Município de Monte Horebe, que seguindo o curso dos rios sertanejos paraibanos desagua no Estado do Rio grande do Norte. Seu curso na Paraíba tem função para uso na irrigação e na pesca. Mesmo sendo um rio temporário, sempre era reabastecido pelas sobras de água de irrigação dos lotes agrícolas, proveniente de um método antigo que é a inundação. O curso dessa água era o canal, drenos coletores e rio. Atualmente, com a suspensão das irrigações e irregularidades das chuvas nos últimos 04 anos, a única função desse rio é apenas a retirada de areia para construção civil. Esse rio no período das cheias é significativo em todo o seu curso. As imagens 19 A e 19 B mostram o referido rio em tempo de cheia e, hoje acúmulo de sedimentos carregados das enchentes (areia).



**Imagem 19 A** – Rio Piranhas no período chuvoso de 2008( sangria do açude de São Gonçalo).  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 2008.



**Imagem 19 B** – Rio Piranhas hoje  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 29/10/2015

Esta é a paisagem mais comum no PISG, mais de 60% dos lotes agrícolas foram incendiados, muitos de forma criminoso, como são notáveis nas imagens 20 A e 20 B, em que toda a cobertura orgânica do solo foi queimada, ficando este totalmente desprotegido.



**Imagem 20 A** - Plantação de coqueiros incendiados.  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo; Sousa/PB, 29/10/2015.



**Imagem 20 B** - Plantação de coqueiros incendiados.  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo; Sousa/PB, 29/10/2015

Durante alguns anos predominou, em São Gonçalo, segurança alimentar, tranquilidade, disciplina e ordem, assim como em todos os lugares pequenos, sobretudo, nas zonas rurais, quando a interligação global ocasiona quebra de barreira não somente nas informações, o que víamos a distância, passa a ser eventos também nos lugares mais pacatos, o assalto, o homicídio, a droga e a violência em diversas formas. A paz passa a fazer parte das saudades dos tempos da implantação do PISG. Os adultos conversavam nas calçadas, as crianças brincavam de rodas, de pega-pega, cabra-cega, passa anel, cair no poço, boleada, pião, bola de gude, futebol com bola feita de meia, entre outras formas agradáveis e sadias de ser feliz e viver sem frustração e medo, não se falava em estupro, quando muito em papas-figos e a palavra pedofilia era desconhecida, as amizades sempre reforçadas pelo bom senso da boa vizinhança.

Desde o princípio, a preocupação maior do ser humano com o meio rural foi plantar e colher para as necessidades básicas para a sobrevivência, dando prioridade a produção de alimentos: o arroz, o feijão, a macaxeira, a banana, a batata-doce entre outros. A carne era originada da própria criação. Criava-se animais para a fonte de alimento como a carne, então matava-se um caprino, ovino, suíno ou um garrote que este era salgado e pendurado para as misturas nas refeições. Isto porque ainda não se dispunha de energia elétrica para o resfriamento da carne.

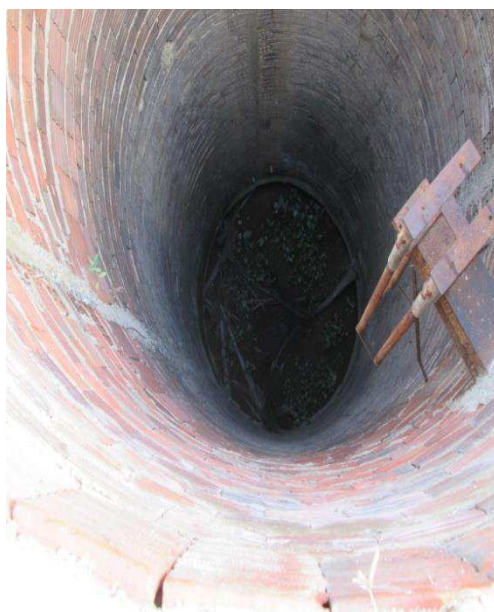
Há muitos anos no PISG a produção foi dada prioridade para a alimentação e sobra disso seria para comercialização, quando chegávamos nos lotes agrícolas, encontrávamos frutas fresquinhas: goiaba, manga, banana, araçá, melão, melancia, tomate entre outros. A vida era difícil em muitos aspectos, mas os lanches eram garantidos. Provavelmente, na década de 1990 começa a surgir no PISG uma nova tendência, a monocultura guiada pelas possibilidades de lucros. Plantou-se arroz, anos depois banana, e por último a problemática: a plantação de coqueiro anão, que dominou o Projeto Irrigado por ser lucrativo e pela demanda no mercado consumidor.

A monocultura ocasiona diversos problemas de várias ordens naturais e financeiras. Dentre os problemas naturais, o mais comum é a proliferação de pragas, em que se torna difícil o controle no combate as plantas. Foram constatados nos coqueiros, o pulgão, a lagarta desfolhadeira, a mosca branca, o ácaro e o bicudo. Já quanto aos problemas financeiros são ocasionados diante da oferta dos produtos em excesso, e havendo essa oferta, os preços caem significativamente, principalmente nas estações frias em outras regiões do país.

Atualmente, toda plantação de coqueiro do PISG está sem produção e 95% estão



mortos, decorrente da grande seca que tem assolado desde 2012 até 2015, quatro anos de pluviosidade abaixo da média. A irrigação era subsidiada pelos açudes de Engenheiro Ávidos e de São Gonçalo, além da utilização de capacitação de poços amazonas, artesianos e coletores das poucas águas do Rio Piranhas. Nas imagens 21 A e 21 B são mostradas poços amazonas e cisternas secas:



**Imagem 21 A** – Poço amazonas totalmente seco.

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 29/10/2015.



**Imagem 21 B** – Cisterna vazia

**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 29/10/2015.

É impossível entendermos o Perímetro Irrigado de São Gonçalo se desconsiderarmos o DNOCS, a JUSG e em especial a Fazenda CAMISG que pela sua importância será mais uma vez reportada nas palavras do Sr. Lucas Raimundo, 72 anos, ex-gerente da Fazenda CAMISG, em Bom Jesus do Piauí/PI.

*“Em junho de 1993, o presidente da CAMISG, Sr. José de Andrade Carneiro, teve a ideia de comprar uma fazenda em outra região fora do sertão paraibano a fim de resolver problemas do PISG, ofertar empregos aos filhos de colonos, e almejando uma possível colonização com a divisão dos 18.118 há, escolheu as terras do cerrado no Estado do Piauí, denominando-a “Fazenda CAMISG”. Tal compra foi realizada com recursos próprios, sendo que, primeiramente foi adquirida uma área de 13.118 hectares do Sr. Moisés Neves, e no ano seguinte, em 1994 houve a adição de mais 5.000 hectares, comprada do Sr. Osvaldo Cardoso de Lara. Em 1993, em São Gonçalo, ocorreram poucas chuvas, caracterizando um ano seco. A proposta inicial era transferir colonos e familiares para produzir nesta fazenda, já que o ano não favorecia a manutenção dos lotes agrícolas. O investimento inicial foi de 2 milhões de reais, para construção de todas as estruturas físicas da terra bruta. Nisto tivemos que adquirir maquinários, desmatar, construir galpões, aprontar o solo, diminuindo a quantidade de ferro e alumínio, com calcário, para assim, poder receber a semente. A mão-de-obra empregada era quase toda de filhos de*

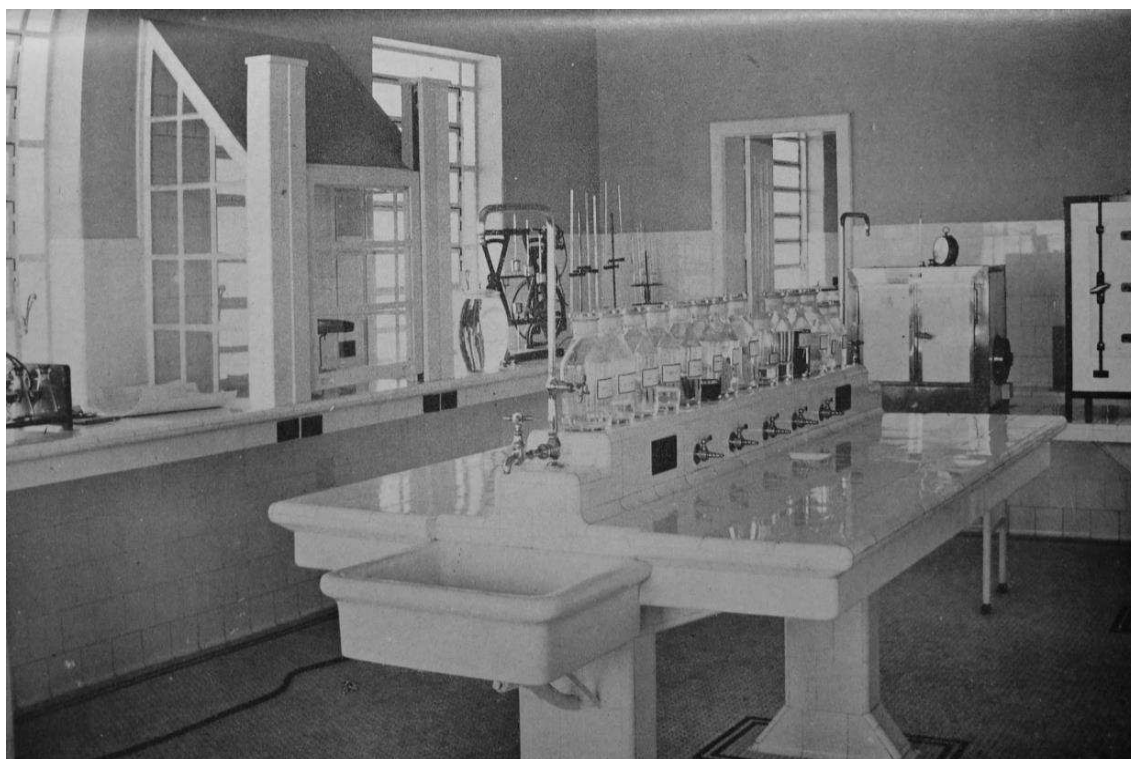
*associados da CAMISG. Havia período em que empregávamos até 120 pessoas, dessa turma apenas dois operadores de máquinas não eram filhos de associados. Tudo funcionou muito bem nos primeiros anos. Tínhamos no período de aprontamento do solo para plantação 10 tratores com diversos implementos, dois tratores de esteira comprados por 100 mil dólares, que foram pagos em cinco parcelas, havia secador, balança, no período de colheita, 06 colheitadeiras grandes, e para os serviços diversos um caminhão Ford F-4000. Fizemos um galpão com área de 610m<sup>2</sup> cercado com alpendres. Na primeira colheita não houve levantamento da quantidade produzida, mas posso dizer que no segundo ano colhemos 112 mil sacas de arroz que eram enviados a São Gonçalo para beneficiamento e comercialização, toda a contabilidade da fazenda era assistida pela Cooperativa, algo que aumentava despesas com logística, mesmo que fosse feito pela CAMISG. Projetamos construção de dois silos com capacidade para armazenar 5 mil toneladas de grão, fizemos o secador, e instalaríamos a beneficiadora, para evitar o transporte dessa mercadoria. Esse dois silos foram pagos, chegamos a construir a alvenaria para recebê-los, a fábrica enviou o comunicado da conclusão do pedido e solicitação de retirada, mas começou a surgir problemas com a CAMISG, e nunca pegamos esse equipamento, a crise atingiu a cooperativa. Lutei para manter a fazenda, cheguei a manifestar um contrato com o grupo de Barreiras para plantar uma área de 2 mil hectares de soja, mas não fui autorizado pelo comando administrativo. Minha gerência me dava autonomia apenas para execução de trabalho, nunca decisões financeiras. Começou a surgir problemas de ordem econômica, pois o Banco do Nordeste do Brasil cortou relacionamentos, e isso resultou na decadência de um plano que tinha tudo pra dar certo. Atualmente, essa fazenda reza uma briga judicial inacabada, porque foi vendida em permuta a negociação de todas as contas dos cooperados e até hoje não recebemos a cédula da dívida. A princípio eu fui contra a aquisição dessa fazenda, e logo depois vi todas as possibilidades de progresso, porém quando íamos a todo vapor, o mundo parece ter desabado sobre a CAMISG, sobretudo, em São Gonçalo. Foi o fim de um sonho”.*

Na década de 1990, São Gonçalo conviveu com o progresso, a CAMISG tinha um limite de crédito e redução de juros que causava especulação em todas as esferas políticas do Estado. Estivemos muito próximo de atingir o ápice da ideologia que tinha dado certo, já existia até planejamento para plebiscito na vontade de emancipar São Gonçalo, transformando-se em cidade, procurava-se um local para cemitério e o cartório, numa atitude de autoridade e respeito que tinha na figura do líder administrador, José de Andrade Carneiro. A situação era de conforto para associados e familiares, uma vez que, os associados tinham o financiamento e custeio de toda a plantação, hora de máquina mais barata, fornecimento de insumos e garantia de produção. Os filhos podiam trabalhar na Cooperativa em variadas funções conforme seu desempenho: motorista de caminhão, tratorista, escritório, vendedor de arroz, beneficiadora, ou ainda, viajar para o Piauí para trabalhar na Fazenda CAMISG.

São Gonçalo já sediou órgãos importantíssimos como o Instituto Agrônomo Dr. José Augusto Trindade (IAJAT), o mais aparelhado laboratório da América Latina. Tal nome se deu após a morte do seu fundador o Dr. José Augusto Trindade como forma de homenageá-lo. Antes era denominado Instituto Experimental da Região Seca. O IAJAT foi pioneiro nos estudos pedológicos no nosso país, realizando também importantes pesquisas no campo do

melhoramento genético, especialmente, de plantas xerófitas, recuperação de solos afetados pelo sal, verificação do comportamento de espécies hortícolas, frutíferas e florestais, estudos de espécies nativas e exóticas, implantação de diferentes experimentos de adubação, competição de variedades, espaçamentos, etc. (CARNEIRO, 1981, apud TRINDADE).

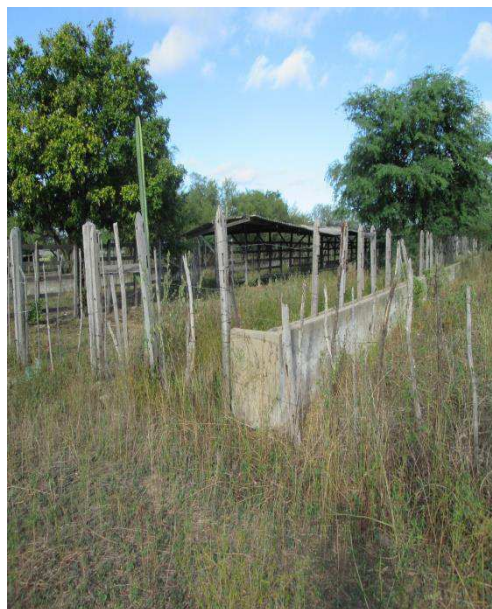
Podemos observar a aparelhagem do laboratório na imagem 22.



**Imagem 22** – Laboratório do IAJAT  
**Fonte:** Além do Rio, Ed. 2012.

Outro patrimônio de estrutura moderna construído no PISG é o “estábulo” com capacidade para abrigar e alimentar 2 mil bovinos, embora nunca alcançada essa quantidade de animais. Caracterizado por uma infraestrutura admirável até hoje, na década de 1980 era o que existia de mais inovador na agropecuária brasileira. Havia uma plantação de capim, que era cortado, triturado e armazenado em 06 silos, e ainda 06 mangas de pisoteio utilizadas para rodízio do rebanho que era tangido por 02 vaqueiros. Um dia por semana eram selecionados colonos para trabalhar refazendo cercas e cortando capim para alimentar o rebanho de quase trezentos bovinos.

Tal estrutura encontra-se também abandonada podendo ser observada nas imagens 23 A e 23 B.



**Imagem 23 A.....Imagem 23 B**  
Estábulo para manutenção do rebanho da CAMISG, totalmente abandonado:  
**Fonte:** ALMEIDA, Ronaldo, Sousa/PB, 29/10/2015.

Diante disso, recorrer aos recursos bibliográficos a fim de voltar na história de São Gonçalo e não sentir saudades seria a prova mais concreta de que perdemos o sentimento e o afeto pelo chão que nascemos, crescemos e trabalhamos. Nós sertanejos desenvolvemos amor e respeito pelas nossas condições vividas e passamos a ser presos a esse chão como as plantas que fixam suas raízes e se tornam dependente do solo e requerem água para sobreviver.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referencia os conceitos geográficos, em especial a paisagem, fomos estimulados a perceber as modificações do espaço e suas transformações ocorridas no PISG.

Na comparação entre passado e presente é fácil percebermos que surgiram neste lugar casas desalinhadas, esgotos a céu aberto, construções modernas, construções improvisadas, puxadas laterais na casa do colono, construções de bares próximos e na frente dos prédios públicos (escolas e centro administrativo), a substituição da casa do colono por mansão, surgimento de calçamento, características de ruas urbanas, supermercado, que antes o DNOCS proibia quaisquer tipos de comercialização com a finalidade de não causar interferência com a vida agrícola e também para que não surgissem novos comércios em seguimento aos outros. O chefe dizia que se autorizasse abrir uma bodega, possivelmente, outros também se sentiriam na liberdade, e o propósito aqui é produzir e tirar a renda do lote agrícola.

Atualmente, somos abastecidos por supermercados, padarias, açougue, granja, churrascaria, lanchonetes, bares e indústrias. O espaço agrário está sem a função.

As estradas principais que mediam 6 m de largura foram estreitadas, e as secundárias que mediam 4m, atualmente estão reduzidas a 2,5 m, ocasionadas por cercas, plantações às margens e redução de tráfego. A rede de drenagem se encontra obstruída pela vegetação: Jurema, Acácia Mimosa e Linhaça. Os canais primários e secundários abandonados, com muitas fissuras ocasionadas pela dilatação do concreto, e tomados pelo abandono e 04 anos sucessivos de seca.

O lote agrícola que não é grande, agora abriga quatro ou mais famílias, entre filhos e genros na maioria dos casos. Existem vários problemas ocasionados pela monocultura do coqueiro-anão, como: incidência de pragas, dificuldade de comercialização durante os períodos frios nas regiões consumidoras, pois nesses períodos há sempre a oferta de produtos e o barateamento do mesmo e a ação do atravessador na comercialização que leva uma boa parte da fatia dos lucros. No PISG não há mais “Cooperativas” nem “Associações”, mas mesmo diante de muitos sacrifícios para produzir, ainda se tinha bons lucros nos períodos de novembro a março, o que infelizmente, não se tem vivenciado nos últimos 04 anos.

Isso remete a outro fator que contribuiu de forma significativa para o processo de decadência da produção agrícola no PISG, a longa estiagem que já perdura por 04 (quatro) anos. Desde o ano de 2012 foram cessadas as irrigações dos açudes de São Gonçalo e de Engenheiro Ávidos, alguns sítios se mantiveram vivos devido à utilização de poços amazonas,

que na verdade eram reabastecidos pela irrigação por inundação pelos canais que vinham do açude. Depois dos anos de seca (2012-2015), todos esses poços que tinham menos de 10 m de profundidade secaram, somente os que têm quase 20 m ainda estão em operação.

Atualmente, existem no PISG poucos lotes vivos, e apenas um produzindo na totalidade, os incêndios tomaram conta de quase todos os sítios, queimando sistema de irrigação, mangueiras, micros-aspersores, tubos de pvc, motores-bombas, rede elétrica, medidores e transformadores, e ainda um pouco de pastagem que apesar da estiagem, ainda servem de alimento animal.

No descaso, nenhuma iniciativa foi tomada pelo poder público, a única renda do PISG é a aposentadoria, e uma fábrica de processamento de plásticos - “Sertão Plast” no Núcleo I, e duas distribuidoras de cereais no Núcleo II – “Estrela” e “Rio Piranhas”, que juntas empregam muita mão-de-obra.

No tocante São Gonçalo é um lugar morto, sem expectativas, com assaltos, homicídios e uso de drogas, ações jamais vistas nas agrovilas.

Diante desse cenário, ressaltamos Trindade (2005, p. 128) “a seca a uns fez forte, como produto de uma seleção natural, mas a outros reduziu a uma mínima expressão humana. Estes felizmente constituem uma pequena minoria. E desaparecerão por si mesmos”. Com efeito, a seca é protagonista no sertão desde a origem do DNOCS nas elaborações e execuções de projetos até a fome que dizimou vidas e expulsou outras do convívio social e de suas famílias. O homem, portanto, tornou-se refém desse mal que persiste a cada década e destrói os planos do sertanejo que habita essa região, mas que é insistente e acredita num possível recomeço.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estud. av.**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 7-59, ago. 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000200002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 nov. 2015

AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. **Monitoramento pluviométrico anual**. Disponível em: <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/monitoramentoPluviometria.do?metodo=listarAnosChuvadasAnuais>. Acesso em: 29 de out de 2015.

BRASIL. Portal da transparência – convênios por órgão concedente. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvenio.asp?CodConvenio=435833&TipoConsulta=1&UF=pb&CodMunicipio=2225&CodOrgao=53000&Pagina=&Periodo=>. Acesso em: 19 de jul de 2015.

BRASIL. **A história do banco se confunde com a história da transformação do nordeste**. Disponível em: [www.bnb.gov.br/historicos](http://www.bnb.gov.br/historicos). Acesso em: 28 de out de 2015.

CAMPOS, José Nilson B.; STUDART; Ticiania Marinho de Carvalho. **Secas no nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. Disponível em: [http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas\\_no\\_Nordeste\\_d\\_o\\_Brasil\\_08\\_de\\_junho\\_def.pdf](http://www.deha.ufc.br/ticiania/Arquivos/Publicacoes/Congressos/2001/Secas_no_Nordeste_d_o_Brasil_08_de_junho_def.pdf). Acesso em: 14 de ago. de 2014.

CARVALHO, Otamar de. **O Surgimento do DNOCS (A propósito de seu I seminário)**. **Revista Conviver Nordeste**. V. I n 6 – (2009). Fortaleza: DNOCS/BNB – ETENE (O Século do DNOCS).

CHAVES, L. H. G., CHAVES, I. B., VASCONCELOS, A. C. F., LEÃO, A. B. Avaliação da salinidade dos neossolos dos perímetros irrigados de São Gonçalo e Engenheiro Arcoverde, PB. **Agropecuária Técnica**, v.26, n.1, p.15-21, 2005

CORDEIRO, G. G., BARRETO, A. N., GARRI, A. C. R. C. **Levantamento das condições de salinidade e sodicidade do projeto de irrigação de São Gonçalo (2ª parte)**. Petrolina: EMBRAPA/CPATSA, p.57, 1988.

CORRÊA, M. M., KER, J. C et al. Atributos físicos, químicos e mineralógicos de solos da região das várzeas de Sousa (PB). **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v.27, n.2, paginas, 2003.

DNOCS. **Relatório do DNOCS**. João Pessoa, Paraíba, 1996.

\_\_\_\_\_. **Divisão de Comunicação social**: DNOCS treina comissão gestora dos açudes públicos de São Gonçalo e Engenheiro Ávidos. Disponível em: [http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f\\_registro=512&f\\_opcao=imprimir&p\\_view=short&f\\_header=1&](http://www.dnocs.gov.br/php/comunicacao/noticias.php?f_registro=512&f_opcao=imprimir&p_view=short&f_header=1&). Acesso em: 01 de jul de 2015.

\_\_\_\_\_. **O perímetro irrigado de São Gonçalo.** Disponível em: [http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros\\_irrigados/pb/sao\\_goncalo.htm](http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/perimetros_irrigados/pb/sao_goncalo.htm). Acesso em: 01 out 2015.

DOSSIÊ PERÍMETROS IRRIGADOS. **Perímetros Irrigados e a expansão do agronegócio no campo: quatro décadas de violação de direitos no semiárido.** Disponível em: <http://dossieperimetrosirrigados.net/apresentacao/>. Acesso em: 31 de out de 2015.

GIL, Antônio Carlos . **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Ramonildes Alves. a organização sócio-econômica do nordeste seco: o caso pig. In.: **A qualidade de vidas das famílias no perímetro Irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade.** p. 56-88. Disponível em: [http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9781/arquivo9325\\_1.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y](http://www.repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9781/arquivo9325_1.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 de jun de 2015.

\_\_\_\_\_. De sitiantes a irrigantes: construção identitária, conversão e projetos de vida. GODOI, Emilia Pietrafesa; [et. al] (orgs.) In.: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social.** V. 2. São Pulo: Editora UNESP; Brasília/DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: [http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Diversidade\\_do\\_campesinato\\_vol2.pdf](http://www.iicabr.iica.org.br/wpcontent/uploads/2014/03/Diversidade_do_campesinato_vol2.pdf). Acesso em: 25 de out de 2015.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca.** Fortaleza, DNOCS, 1981, 324p.

\_\_\_\_\_. **Flashes das Secas.** 2. ed. Fortaleza, DNOCS – Divisão de Documentação, 1984. 116p. ilust.

MELO, Mário Lacerda de (coord.). As áreas de exceção dos sertões da Paraíba. In.: **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco.** Recife: SUDENE-PSU-SER, 1988, p.p. 157-234.

OLIVEIRA, Maria Lucia Lippi. **O Brasil de JK: a invenção do nordeste.** CPDOC FGV. [S.l.] Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>>, Acesso em: 13 de mar.2013.

Plano de Recuperação e modernização do perímetro irrigado de São Gonçalo. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?>. Acesso em: 01 out de 2015.

POMPONET, André Silva. **100 anos de DNOCS: marchas e contramarchas da convivência.** Disponível em: [http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162\\_pag\\_58.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_58.pdf). Acesso em: 14 de ago. de 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado - fundamentos teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço para Milton Santos,** Geografares, n. 6, 2008, 155p.



SILVA NETO, M. F.; et al. Análise do perfil agrícola do perímetro irrigado de São Gonçalo – PB. **Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada nas Ciências Agrárias**, v.5, n.2, p. 155-172, 2012.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. *Soc. estado*. [online]. 2003, vol.18, n.1-2, pp. 361-385. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922003000100017>.

SOARES, Josemar Alves. **São Gonçalo: fragmentos da história**. Sousa: [s.n.], 2013, 308 p.

SOUZA, C. B. de, SILVA, B. B. da, AZEVEDO, P. V. de, SILVA, V. P. R. da. Crescimento e rendimento do abacaxizeiro nas condições climáticas dos tabuleiros costeiros do Estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.11, p.134-171, 2007.

SCI – Secretaria de comunicação institucional do Governo do Estado da Paraíba. Informe. Disponível em <http://paraiba.pb.gov.br/agropecuaria-e-pesca/programas-e-acoes/>. Informe. Acesso: 1 de out. 2015.

TRINDADE, Marcos Augusto. **A agronomia do essencial: vida, obra e ensinamentos do agrônomo José Augusto trindade percursos da ecologia do nordeste**. João Pessoa: Gráfica – UNIPÊ, 2005. 528p.